

CONSELHO DIRETOR  
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



**Ata da 957<sup>a</sup>**

---

**Sessão de 03/06/2014**

1 957<sup>a</sup> Sessão do Conselho Universitário. Ata. Aos três dias do mês de junho de  
2 dois mil e quatorze, às quatorze horas, reúne-se o Conselho Universitário, na  
3 Sala do Conselho Universitário, na Cidade Universitária “Armando de Salles  
4 Oliveira”, sob a presidência do Magnífico Reitor, Prof. Dr. Marco Antonio Zago  
5 e com o comparecimento dos seguintes Senhores Conselheiros: Vahan  
6 Agopyan, Antonio Carlos Hernandez, Bernadette Dora Gombossy de Melo  
7 Franco, José Eduardo Krieger, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Sérgio  
8 França Adorno de Abreu, André Roberto Martin, José Rogério Cruz e Tucci,  
9 Reinaldo Guerreiro, Adalberto Américo Fischmann, Marcelo de Andrade  
10 Roméro, Ana Lúcia Duarte Lanna, Margarida Maria Krohling Kunsch, Eduardo  
11 Henriques S. Monteiro, Belmira Amélia de Barros Oliveira Bueno, Sonia Maria  
12 Vanzella Castellar, Tito José Bonagamba, Richard Charles Garratt, Adalberto  
13 Fazzio, José Roberto Castilho Piqueira, Lucas Antonio Moscato, Geraldo  
14 Roberto Martins da Costa, Luiz Gonçalves Neto, Aluísio Augusto Cotrim  
15 Segurado, Carlos Gilberto Carlotti Júnior, Luiz Henrique Catalani, Walter  
16 Ribeiro Terra, Germano Tremiliosi Filho, José Carlos Maldonado, Alexandre  
17 Nolasco de Carvalho, Clodoaldo Grotta Ragazzo, Jefferson Antonio Galves,  
18 Laerte Sodré Junior, Fábio Luiz Teixeira Gonçalves, Valdecir de Assis Janasi,  
19 Silvio Roberto Farias Vlach, Terezinha de Jesus Andreoli Pinto, Jackson Cioni  
20 Bittencourt, Rui Curi, Carlos Eduardo Falavigna da Rocha, Welington Braz  
21 Carvalho Delitti, José Vicente Caixeta Filho, Marcos Vinícius Folegatti, Enrico  
22 Lippi Ortolani, José Antonio Visintin, Diná de Almeida Lopes Monteiro da Cruz,  
23 Raquel Rapone Gaidzinski, Silvana Martins Mishima, Fátima Aparecida Emm  
24 Faleiros Sousa, Valdemar Mallet da Rocha Barros, Osvaldo Luiz Bezzon, Maria  
25 Aparecida de Andrade Moreira Machado, Luiz Fernando Pegoraro, Waldyr  
26 Antônio Jorge, Rodney Garcia Rocha, Marilene Proença Rebello de Souza,  
27 Ana Maria Setubal Pires Vanin, Fernando Luis Medina Mantelatto, Pietro  
28 Ciancaglini, Carlos Eduardo Negrão, Julio Cerca Serrão, Maria Vitória Lopes  
29 Badra Bentley, Augusto César Cropanese Spadaro, Patrícia Helen de Carvalho  
30 Rondó, Arlindo Philippi Júnior, Elisabete Maria Macedo Viegas, Sigismundo  
31 Bialoskorski Neto, Eliezer Martins Diniz, Maria Cristina Motta de Toledo, Luiz  
32 Silveira Menna Barreto, Antonio Marcos de Aguirra Massola, Hugo Ricardo  
33 Zschommler Sandim, Umberto Celli Junior, Guilherme Adolfo dos Santos  
34 Mendes, Maria das Graças Bomfim de Carvalho, Francisco de Assis Leone,

35 Carlos Alberto Ferreira Martins, Eduvaldo Paulo Sichieri, Pedro Bohomoletz de  
36 Abreu Dallari, Amâncio Jorge Silva Nunes de Oliveira, Maria Beatriz Borba  
37 Florenzano, Martin Grossmann, Oswaldo Baffa Filho, Marcello Modesto dos  
38 Santos, Joaquim José de Camargo Engler, Neli Maria Paschoarelli Wada,  
39 Dulce Helena de Brito, Alexandre Pariol Filho, Raul Santiago Rosa, Rafael dos  
40 Santos Ferrer, Carlos Eduardo Batista de Souto Alves, Filipe Gabriel Soares P.  
41 Rodrigues, Camilo Henrique Fernandes Martin, Augusto Malaman, Antonio  
42 Carlos Teixeira Álvares, Antenor Cerello Júnior, José Luiz Borges Andreoli, Luiz  
43 Gustavo da Cunha Soares, Haydée Svab, Mariana Nunes de Moura Souza e  
44 Phillipe Pessoa de Santana. Presente, também, o Prof. Dr. Ignacio Maria  
45 Poveda Velasco, Secretário Geral. Justificaram antecipadamente suas  
46 ausências, sendo substituídos por seus respectivos suplentes, os Conselheiros:  
47 Maria Helena Rolim Capelato, Fábio Frezatti, Jorge Kazuo Yamamoto, Vera  
48 Silvia Facciolla Paiva, Maria Augusta Peduti Dal’Molin Kiss, Suely Vilela, Victor  
49 Wünsch Filho, Paulo José do Amaral Sobral, José Renato de Campos Araújo,  
50 Vivian Valente Petri, Carlos Eduardo Garisto De Nicola e Tomás Costa de  
51 Azevedo Marques. Justificaram, ainda, suas ausências os Conselheiros:  
52 Alejandro Szanto de Toledo, Giovanni Guido Cerri, Luiz Ernesto de Almeida  
53 Troncon, Roberto Gomes de Souza Berlinck, Fernando Salvador Moreno,  
54 Gerson Aparecido Yukio Tomanari, Frederico Pereira Brandini, Douglas  
55 Emygdio de Faria, Simone Rocha de Vasconcellos Hage, João Bosco Nunes  
56 Romeiro, Amanda Guerra de Moraes Rego Sousa, Stefhanie Costa Merino,  
57 Mariana Queen I. Nwabasili, José Arana Varela, Fábio de Salles Meirelles e  
58 Rafael Madureira dos Anjos. Havendo número legal de Conselheiros, o  
59 Magnífico Reitor passa às suas comunicações. **M. Reitor:** “Sejam bem vindos  
60 a esta reunião extraordinária do Conselho Universitário. É uma reunião não  
61 deliberativa e depois daquela que deu início a esta pauta, a primeira das  
62 reuniões em que começaremos a discutir as substâncias das modificações  
63 pelas quais deve passar a USP, a partir do final do ano. Antes do início desta  
64 reunião, que tem como únicos assuntos, estes três primeiros tópicos da  
65 reforma universitária, e por ser relevante, tendo em vista o momento em que a  
66 Universidade atravessa, quero comunicar que ontem assinei uma portaria  
67 nomeando uma comissão de sindicância composta pelos Professores Doutores  
68 Reinaldo Guerreiro, Edmundo Escrivão Filho e Flavio Luiz Yarshell, para, no

69 prazo de 60 dias, apurar circunstâncias e eventuais responsabilidades acerca  
70 da evolução da folha de pagamento dos servidores docentes e técnicos e  
71 administrativos, ativos e aposentados, concursados e comissionados,  
72 especialmente os eventos relacionados à implantação e às movimentações  
73 decorrentes da nova carreira dos servidores técnicos e administrativos e da  
74 progressão horizontal na carreira docente. A apuração deverá se restringir ao  
75 período compreendido entre primeiro de janeiro de 2009 e primeiro de junho de  
76 2014, podendo a comissão designada requerer, fundamentadamente, a análise  
77 de outros períodos. Caberá à comissão sugerir medidas cabíveis em caso de  
78 ser necessária a regularização eventual de algum aspecto da folha de  
79 pagamento. Além disso, determinei que tomássemos os procedimentos  
80 necessários para a contratação de uma auditoria externa para examinar os  
81 maiores gastos da Universidade de São Paulo nos últimos cinco anos.”  
82 Procedida as comunicações, o **M. Reitor** declara aberta a 957ª Sessão do  
83 Conselho Universitário. Esta sessão, como foi dito, tratará dos tópicos: ‘Missão,  
84 responsabilidade social e princípios da Universidade’; ‘Ensino, pesquisa,  
85 cultura e extensão universitária’; ‘Gestão, transparência e responsabilidade  
86 fiscal’. São tópicos essenciais da vida da Universidade, tópicos que têm um  
87 componente conceitual importante e que se refletem na vida prática da  
88 Universidade e nos desdobramentos que virão, nas discussões posteriores.  
89 Antes de dar a palavra ao presidente da Comissão Organizadora do debate e  
90 dos tópicos, a CAECO, gostaria, apenas, de tratar de uma questão doméstica -  
91 doméstica no sentido da vida do Conselho -, que é nossa programação anual.  
92 Temos uma reunião programada para o dia 30 de setembro e, por motivos  
93 vários, será necessário antecipar esta reunião em uma semana, para o dia 23  
94 de setembro, também uma terça-feira. Assim sendo, pediria que anotassem  
95 esta informação. A seguir, o **M. Reitor** passa ao **CADERNO ÚNICO –**  
96 **ESTRUTURA DE PODER E GOVERNANÇA NA USP. PROCESSO**  
97 **2014.1.5085.1.8 – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.** Apresentação, pela  
98 CAECO, da sistematização das sugestões, discussões e contribuições  
99 encaminhadas pelas Unidades, Fóruns, etc., relativa aos três primeiros tópicos,  
100 conforme deliberado pelo Conselho Universitário em 25 de março de 2014:  
101 Missão, responsabilidade social e princípios da Universidade; Ensino, Pesquisa  
102 e Cultura e Extensão Universitária; Gestão, transparência e responsabilidade

103 fiscal. **Cons. Carlos Alberto Ferreira Martins: (Apresentação)** “Em  
104 consideração ao atraso por motivos técnicos, vou encurtar a apresentação que  
105 faria inicialmente, limitando-me a recuperar rapidamente o fato de que esta  
106 sessão do Conselho Universitário é evidentemente uma sessão histórica, com  
107 repercussões históricas para a vida da nossa Universidade, na medida em que,  
108 depois de um quarto de século, retomamos o processo de revisão do nosso  
109 documento maior. Ao longo deste quarto de século, a Universidade viveu  
110 muitas coisas e, certamente, ao longo dos últimos anos, cada um de nós  
111 presenciou, assistiu ou verificou um progressivo esgarçamento das relações de  
112 legitimação das relações de legitimidade interna em todos os âmbitos da  
113 Universidade. Foi esta percepção e o agravamento desta percepção nos  
114 últimos tempos que trouxe a este Conselho Universitário, em primeiro de  
115 outubro do ano passado, a proposta emanada de um conjunto de diretores,  
116 para que se iniciasse na primeira reunião, que se pudesse dedicar a este tema  
117 em 2014 o início deste processo de ampla discussão e reformulação do nosso  
118 Estatuto, sobre o tema central da estrutura de poder e governança.  
119 Evidentemente, as alterações que vierem a ser aprovadas e introduzidas no  
120 nosso Estatuto terão suas repercussões no Regimento Geral e em  
121 instrumentos normativos subordinados no Estatuto. Gostaria apenas de  
122 lembrar que o Co de 25 de março deste ano aprovou um calendário e, neste  
123 momento, o M. Reitor está anunciando que a reunião inicialmente prevista para  
124 30 de setembro será antecipada para o dia 23 de setembro. De qualquer  
125 maneira, o fundamental é relembrar que temos três reuniões não deliberativas  
126 dedicadas à discussão daquele conjunto de nove temas, aprovados como  
127 temário inicial e básico pelo Conselho Universitário e, em 11 de novembro,  
128 teremos uma primeira reunião deliberativa dedicada a este tema que,  
129 precisamente, deverá definir as formas e o calendário das deliberações. Desde  
130 a reunião do dia 25 de março, a CAECO se reuniu e utilizou das possibilidades  
131 que tinha em termos de comunicação, sobretudo no sentido de recomendar a  
132 realização, sem prejuízo de qualquer outra forma de discussão, do que  
133 chamamos de ‘fóruns interunidades e de interseguimentos’, ou seja, a CAECO  
134 deixou claro que manifestações de congregações de unidades, de  
135 departamentos, de assembléias, entre outras, devem contemplar como  
136 preocupação fundamental, que o processo de discussão seja o mais amplo,

137 diverso e rico possível. No entanto, enfatizou na sua recomendação, que  
138 grupos de unidades ou *campi* diferentes, em função da sua escala e onde isto  
139 fosse viável, realizassem a reunião de fóruns de debates. Tivemos a realização  
140 de vários deles, estes são alguns dos já registrados e divulgados com  
141 participação bastante significativa e diversa, além de um número significativo  
142 de reuniões de congregações, reuniões de departamentos, de sugestões  
143 individuais e grupos de pessoas, que foram encaminhados diretamente ao e-  
144 *mail* da Comissão. O trabalho que a Comissão realizou desde a semana  
145 passada e que, evidentemente, ficou um pouco prejudicado pela situação  
146 vivida pela Universidade, consiste em estarmos recebendo relatórios ou  
147 propostas das reuniões realizadas; desta forma, o trabalho foi o de elaborar  
148 uma sistematização preliminar. Os conselheiros já receberam por correio  
149 eletrônico, mas também apresentaremos no momento de iniciar a  
150 apresentação de cada um dos temas. Apenas queria destacar que o esforço da  
151 CAECO foi apresentar o conjunto de temas que surgiram. Não há, de nossa  
152 parte - e nem poderia haver - nenhuma intenção de hierarquizá-las, nenhuma  
153 intenção de manifestação da CAECO em relação às várias propostas. Assim,  
154 todos os senhores e senhoras encontrarão, em cada um dos temas, por vezes,  
155 propostas divergentes e opostas entre si, e o fundamental é que consigamos  
156 avançar nesta reunião e, em continuidade ao processo de discussão, conduzir  
157 precisamente o aprofundamento e o afunilamento daquelas posições que  
158 sejam as posições fundamentais em relação a cada um destes temas, para que  
159 no momento em que chegarmos à fase deliberativa do nosso processo de  
160 revisão do Estatuto, as diferentes posições e as diferentes propostas estejam  
161 suficientemente conhecidas e suficientemente discutidas pelo conjunto da  
162 comunidade universitária, que é o objetivo fundamental deste processo e  
163 condição essencial para que nós, ao final deste processo de discussão,  
164 tenhamos uma nova carta fundamental da Universidade; um novo Estatuto que  
165 expresse e dê conta do anseio da comunidade, no sentido do estabelecimento  
166 de relações mais democráticas, mais participativas e mais modernas para a  
167 nossa USP. Muito obrigado.” **M. Reitor**: “Quero desde já agradecer, na pessoa  
168 do Professor Carlos Martins, todos os membros da Comissão. Sei que eles têm  
169 trabalhado bastante e longamente, tanto no sentido de promover esse debate,  
170 que deve ser amplo, como no sentido de tentar organizar um conjunto muito

171 heterogêneo de informações e sugestões que chegam, o que é natural no  
172 processo. Quero, também, cumprimentar todos os presentes nesta reunião,  
173 todos os que se esforçaram para que ela se realizasse, porque ela é um  
174 momento histórico da Universidade. É um momento histórico porque  
175 trataremos de um tema de extrema importância para a nossa vida, mas  
176 também é histórica porque mostramos que somos capazes, a despeito de  
177 nossas divergências, de tratarmos das questões fundamentais da Universidade  
178 em conjunto. Devo lembrar que, neste momento, informaram-me que estamos  
179 com 6 mil conexões no IPTV, assistindo essa reunião, o que é, mais uma vez,  
180 uma marca de que esta é uma Universidade que quer trabalhar em conjunto e  
181 quer construir seu futuro. Algumas vezes as pessoas dizem: ‘olham, em uma  
182 instituição assim, é melhor começar de novo, pois quando se começa do zero é  
183 muito mais fácil’. Claro que é muito mais fácil, porque você reúne um conjunto  
184 pequeno de pessoas, reúne o pensamento daquelas pessoas e transforma isso  
185 em uma questão prática. Reformar é mais difícil, mas, do meu ponto de vista, é  
186 também mais produtivo, pois partimos de uma enorme herança que temos dos  
187 80 anos que vivemos nesta Universidade; herança essa que não pode ser  
188 desprezada. Dando continuidade, tivemos três solicitações de entidades que,  
189 de alguma forma, associam-se à Universidade de São Paulo. Pediram para  
190 falar como entidades, independentemente, de que existam representantes das  
191 três categorias aqui, além das representações das unidades e representação  
192 das diferentes categorias docentes, dos servidores e dos estudantes. Mas as  
193 três entidades pediram que, como entidades, se manifestassem durante essa  
194 reunião. Autorizei e os convidei a falarem no início da sessão. Cada uma das  
195 entidades terá dez minutos para fazer as suas manifestações com relação à  
196 temática proposta. Começamos, então, convidando o Sindicato dos  
197 trabalhadores da Universidade de São Paulo.” **Sr. Claudionor Brandão:**  
198 “Queria colocar uma posição fundamental do Sindicato dos Trabalhadores da  
199 Universidade de São Paulo, que são posições aprovadas sucessoriamente em,  
200 pelo menos, três congressos já realizados em nossas categorias, nos últimos  
201 dez anos. Partimos de uma decisão congressual fundamental que o novo  
202 Estatuto da Universidade de São Paulo seja um Estatuto democrático, que  
203 introduza a democracia na Universidade de São Paulo. Para isso ele deve  
204 passar, necessariamente, por uma Estatuante - que entendemos como

205 Estatuínte livre e soberana. É livre, porque ela seria composta por funcionários,  
206 professores e estudantes eleitos livremente por seus pares; e seria paritária e  
207 soberana, porque iria debater todos os temas e tudo o que diz respeito à vida  
208 da Universidade. E ela elaboraria um novo Estatuto que, por consequência,  
209 não estaria subordinada a nenhum outro órgão dentro da Universidade,  
210 incluindo este Conselho Universitário. Isso porque não acreditamos - e  
211 poderíamos passar algum tempo fundamentando isso, não em cima de  
212 abstrações, mas de fatos - na possibilidade de que os anseios democráticos  
213 sejam contemplados no Conselho Universitário, onde temos três  
214 representações em um órgão com mais de cem pessoas. Em um Conselho  
215 Universitário que, a exemplo do que aconteceu no dia 1º de outubro do ano  
216 passado, não foi capaz sequer, de atender uma das reivindicações dos  
217 estudantes, que era que a reunião fosse aberta, para que pudéssemos assistir.  
218 Se algo tão simples como isso não é possível de ser contemplado,  
219 acreditamos que um número maior de reivindicações, que deixo para que  
220 nosso companheiro apresente depois, também não o sejam. Não podemos  
221 fugir do fato de que essa discussão está se dando em um marco de um  
222 contexto de mais um conflito na Universidade, um confronto que, ao contrário  
223 que se diz por aí, não teve origem no crescimento da massa salarial, que teria  
224 supostamente gerado uma crise financeira. Do nosso ponto de vista, essa crise  
225 financeira teve início no dia 2 de fevereiro de 1989, quando ao instituir o  
226 decreto de autonomia universitária, o Governador da época, Orestes Quéricia,  
227 instituiu uma finança para a Universidade equivalente a 8,4% do ICMS, á  
228 época, quando em anos anteriores, a média foi de 11,6% por ano - de 1982  
229 a 1987, segundo estudos feitos pelo Fórum da Seis. Do nosso ponto de vista, aí  
230 começa a crise. Essa crise se fez mais aguda em momentos diferentes na  
231 UNESP, na UNICAMP e na USP. É a segunda vez que ela chega à USP, mas  
232 na UNESP já chegou a um comprometimento de 110% e isso não levou a  
233 Universidade ao túmulo, como estão dizendo que estamos levando a USP ao  
234 túmulo hoje com os reajustes de salários. Essa crise tem dois campos que têm  
235 problemas a ser solucionados: de um lado tem o governo, a imprensa e a  
236 Reitoria. A Reitoria da Universidade que diz que a solução da crise passa por  
237 congelar salários, ou seja, paguemos nós trabalhadores. A mídia diz que é  
238 preciso reduzir o quadro, pois temos muita gente e a Reitoria aponta para o



239 exemplo da Universidade de Bolonha, ou seja, indica também para um possível  
240 corte de pessoal. Outros dizem, ainda, que têm direitos e privilégios, como  
241 quinquênios e sexta parte, que também são um problema, como tem dito a  
242 mídia e, por consequência, precisam ser retirados. Outros dizem que cobremos  
243 mensalidade, pois 60% poderiam pagar. No outro campo, temos nosso ponto  
244 de vista. Dizemos que vivemos em um país que menos investe em educação  
245 em todo o mundo e, não por acaso, reclamam de mão de obra qualificada em  
246 um Estado, que dentro desse país, investe menos do que outros estados mais  
247 pobres. E exigir, cobrar, pedir e propor, cada um com seu tema, um maior  
248 investimento em educação, maior investimento nas universidades, para a  
249 formação de cidadãos, seria o obvio a ser feito em uma situação como essa.  
250 Entretanto, o que se vê, dos que falam em nome da Universidade, é que não  
251 se pode pedir mais dinheiro ao Estado. Então, parece-nos que não só é um  
252 problema de governança do estado e do país, parece-me que os cérebros  
253 pensantes ou parte deles ou, pelo menos, os que ocupam os postos de poder,  
254 como é o caso da Universidade, concordam e defendem a manutenção dos  
255 baixos investimentos. Falando em democracia, neste conflito, estamos hoje  
256 ouvindo críticas e cobranças a respeito dos piquetes que estamos realizando  
257 em diversos espaços da Universidade. É apresentado isso como violência,  
258 entretanto, ninguém fala absolutamente nada do fato concreto de, apesar de  
259 termos o direito constitucional de fazermos greve, apesar da Constituição vetar  
260 qualquer ação ou medida que possa coagir o trabalhador no sentido de  
261 impedir-lhe de decidir livremente, está sendo praticado por todo mundo que diz:  
262 ‘olha, veja bem o que você vai fazer, pensa bem, aqui não vamos admitir, a  
263 minha clínica vai ter que funcionar’. Estou falando da clínica odontológica, por  
264 exemplo, mas em vários lugares está assim. O simples direito de decidir se  
265 pode ou não exercer o direito constitucional de fazer uma greve é coagido, é  
266 ameaçado e é constrangido. E quando vem a resposta, a resposta ‘sim’ é  
267 intolerável. Então senhores, essa relação interna da Universidade precisa ser  
268 revista; as responsabilidades precisam ser compartilhadas igualmente; os  
269 direitos precisam ser compartilhados igualmente. E quando dizemos  
270 igualmente, estamos dizendo não só os que habitam aqui o ‘maravilhoso  
271 castelinho de marfim’, mas também os que sustentam a Universidade e pagam  
272 os salários de todos nós e pagam tudo o que gastamos aqui, entretanto não

273 têm a menor noção do quanto entra na Universidade, de onde vem e para onde  
274 vai. Porque não é verdade dizer que na Universidade só entra dinheiro do  
275 ICMS. E ninguém sabe, absolutamente, para onde vai isso. Pessoas que  
276 sustentam a Universidade, mas não conseguem ser atendidos no Hospital  
277 Universitário; não se pode fazer exame médico, porque os exames médicos  
278 foram cortados. Estes que tinham que ter direito de decidir aqui, porque por  
279 enquanto quem está decidindo isso é uma pessoa só ou pouco mais de uma  
280 dezena e, na melhor das hipóteses, uma centena que é o que compõe esse  
281 Colégio.” **Sr. Luís (Sintusp):** “O Sindicato dos Trabalhadores da USP não tem  
282 dúvida nenhuma do que está acontecendo hoje na Universidade. A greve que  
283 está declarada entre professores, funcionários e estudantes é fruto de algo  
284 muito maior do que, simplesmente, o congelamento salarial. Ela é fruto da  
285 maneira antidemocrática como esta universidade vem sendo gerida e vem  
286 sendo mantida há 80 anos. Se hoje temos três categorias que só conseguem  
287 suas reivindicações através de luta, através de uma greve, paralização e  
288 piquetes, é porque os caminhos institucionais que a Universidade tem não são  
289 suficientes e não dão conta dos anseios, das perspectivas de quem está,  
290 realmente, construindo a Universidade. Temos 17 mil funcionários, um corpo  
291 de 6 mil professores e 90 mil estudantes, que estão aliados do processo de  
292 decisão da Universidade, pois é um processo que, dentro do Conselho  
293 Universitário, com esse número restrito de representantes, é insuficiente para  
294 atender as questões mais pontuais e, ao mesmo tempo, as questões mais  
295 macro da Universidade. Assim, quando viemos colocar aqui nossa palavra,  
296 enquanto instituição, enquanto Sindicato dos trabalhadores da USP,  
297 reafirmando que enquanto tivermos um processo decisório na mão de poucos,  
298 vamos continuar tendo como única opção de reivindicação a nossa força e a  
299 nossa unidade. Viemos colocar que, falar de democratização da USP e falar  
300 em um processo que está se desenvolvendo aqui dentro hoje, é falar, também,  
301 do processo que está acontecendo fora daqui, nos portões desse prédio,  
302 porque não estamos fazendo uma greve por nada. Não é uma greve que vem  
303 atender apenas a uma manifestação de luta pelos nossos salários, mas é uma  
304 greve por defesa da Universidade e pela democratização. Não conseguimos  
305 outra via de diálogo senão a luta, porque as vias institucionais que a  
306 Universidade criou e que há 80 anos ela vem colocando são antidemocráticas

307 e excluem, do processo de decisão, a maior parte das pessoas que constroem  
308 esta Universidade.” Em seguida, o Senhor Secretário Geral informa que o  
309 próximo a usar a palavra, como convidado, é o representante do Diretório  
310 Central dos Estudantes, Cons. Raul Santiago Rosa, representante discente da  
311 Graduação no Conselho Universitário.” **Cons. Raul Santiago Rosa:** “Acho que  
312 essa discussão que está sendo feita hoje, discussão que é sempre bem-vinda,  
313 apesar de estar sendo feita com um número bem menor de pessoas do que  
314 esperávamos, porque é um estímulo à participação dos docentes, estudantes e  
315 funcionários administrativos, pois aqui mesmo foi dito que o *e-mail* foi enviado  
316 apenas para as congregações, departamentos e assembleias de entidades,  
317 sendo que sabemos que há um *e-mail* institucional da USP que poderia ter sido  
318 usado para mandar para todos os estudantes ficarem sabendo disso. Outra  
319 questão, também, é que o estímulo é aliado de uma implementação do  
320 calendário oficial, então com o calendário oficial as pessoas cancelam suas  
321 aulas e participam da discussão. Hoje, por exemplo, estou aqui porque fizeram  
322 uma declaração de liberação, porque tenho aulas nesse mesmo horário. Acho  
323 que de várias discussões que estamos fazendo aqui, de uma maneira meio  
324 atrasada, talvez, são discussões históricas feitas por professores, alunos e  
325 funcionários e que, muitas delas, fazem parte de uma concepção de  
326 Universidade. Concepção de Universidade tem a ver com a missão, como diz  
327 no primeiro item. Na verdade, encaro concepção como princípio. E o que são  
328 princípios? Princípios são como cláusulas pétreas da gestão da Universidade,  
329 talvez. Nós, do DCE, temos uma concepção de algumas coisas que devem ser  
330 a missão da Universidade, como princípios da Universidade, como por  
331 exemplo, os princípios de uma universidade pública. E isso se diz com relação  
332 ao financiamento, gratuita - e vou voltar a falar disso daqui a pouco -,  
333 democrática - isso tem a ver com a gestão e poder da Universidade, porque  
334 está claro que isso aqui não representa o total da Universidade que existe. E,  
335 por fim, o princípio da qualidade, obviamente. Acho que esses são alguns  
336 atributos para conseguirmos uma universidade socialmente referenciada. Na  
337 questão dois - Ensino, Pesquisa e Extensão - esta tem que deixar de ser vista  
338 como uma alegoria simbólica, mas sim como uma coisa real na Universidade.  
339 Outra coisa que tem que se pensar aqui é a implementação das cotas raciais e  
340 sociais na Universidade, porque já está claro para diversos estudos que isso

341 não prejudica a qualidade da Universidade e é necessária uma democratização  
342 do acesso. Portanto, esse é outro ponto que queria frisar. O terceiro ponto é a  
343 modernização das grades curriculares e da pedagogia, porque a melhor  
344 Universidade da América Latina - talvez não mais a melhor – com professores  
345 do calibre que dão aula com PowerPoint, é uma coisa meio vergonhosa. O  
346 quarto ponto é a questão da transparência no orçamento, da auditoria e do  
347 orçamento participativo, que é uma coisa muito importante. Essas três coisas  
348 não podem existir sem a responsabilização das pessoas, porque vivemos  
349 falando - até a própria administração - dos erros da administração passada,  
350 porém, sem a responsabilização da gestão passada. O que iremos fazer com  
351 relação às pessoas que afundaram a nossa Universidade? Esse é um ponto  
352 importante, pois responsabilização precisa constar de uma maneira bem nua e  
353 crua aqui. Muito se pode falar do que vai acontecer, mas queria deixar um  
354 tempinho, antes de passar a palavra para o Cons. Camilo, para falar do que  
355 está acontecendo agora, que é uma coisa muito importante. Nesse momento  
356 em que a crise está exposta, queria lembrar que na primeira sessão do  
357 Conselho Universitário, aprovamos uma resolução de financiamento público  
358 para educação, para ser enviada às instâncias do Governo Federal. Gostaria  
359 da coerência de todos e da Administração da Universidade para que se firme e  
360 exija isso, mas agora do Governo Estadual também. Porque se tem alguma  
361 coisa importante nesta Universidade e que se deve garantir, são os recursos  
362 humanos - professores, diretores, funcionários técnicos administrativos e os  
363 estudantes. Neste momento de crise, não devemos atacar os direitos das  
364 pessoas, como por exemplo, o aumento de salário que elas deveriam ter, mas  
365 sim, o dever do Estado de financiar publicamente a educação. De forma que  
366 isso é uma coisa que devemos refletir aqui, pois se deve inverter as prioridades  
367 desse aspecto. Por último, gostaria de falar em relação a essa movimentação  
368 que está tendo, em relação à cobrança de mensalidade pela Universidade que,  
369 inclusive, acho que já vi pessoas defendendo isso aqui. Gostaria de poder ter a  
370 capacidade de convencer todos os senhores da necessidade de uma  
371 universidade pública, gratuita e de boa qualidade, e da importância que isso  
372 tem para a Universidade socialmente referenciada, porém não sei se tenho  
373 essa capacidade de convencê-los, não sei se muitos dos senhores estão  
374 abertos a isso; espero que estejam. Vou deixar um aviso em relação á

375 cobranças de mensalidades: se houver cobranças de mensalidade nessa  
376 Universidade, vai ser uma coisa que não está sob controle nosso, dos  
377 estudantes, da nossa gestão do DCE, nem sob o controle de ninguém. Vai ser  
378 uma coisa incontrolável. Se houver cobrança de mensalidade nessa  
379 Universidade os senhores verão uma verdadeira rebelião nessa Universidade,  
380 essa é a verdade. Se houver cobrança de mensalidade, vai ter uma cobrança  
381 de mensalidade sobre pós, cinzas e escombro; uma verdadeira tragédia  
382 bíblica, diria. Então, os senhores podem achar engraçado isso, mas essa é a  
383 verdade em relação à cobrança de mensalidade. É um aviso de que se isso  
384 acontecer, haverá um problema muito grave nesta Universidade. Esses  
385 piquetes que os senhores estão vendo irão ocorrer em frente de cada  
386 laboratório e portões da USP, que serão soldados e barricados. Queria deixar  
387 esse aviso, porque 'quem avisa amigo é'. Aviso que as coisas vão acontecer de  
388 uma maneira incontrolável em relação à cobrança de mensalidade. Espero  
389 que, a partir de agora, as pessoas aqui estejam abertas a serem menos  
390 conservadoras, porque o conservadorismo é o inimigo direto do pioneirismo,  
391 que é uma qualidade imensurável do avanço da ciência." **Cons. Camilo**  
392 **Henrique F. Martin** (Diretor do DCE Livre): "Acho importante frisar nesse  
393 espaço, primeiro o atraso com que vem sendo colocada essa discussão,  
394 porque há anos o movimento social do interior da Universidade coloca a  
395 necessidade de se discutir a democratização da estrutura de poder dessa  
396 Universidade e, talvez, se tivéssemos antes nos debruçado com a devida  
397 importância que se deve dar, a esse tema, não teríamos chegado ao estado de  
398 coisa que estamos hoje. Agora é inevitável, também, dizer que em nada ainda  
399 reflete os anseios do conjunto da comunidade acadêmica, a forma como está  
400 sendo feita a discussão - a forma, ainda não sabida por todos de como serão  
401 feitas as decisões a cerca desse tema. Acho que esse é um elemento, porque  
402 se existe, de fato, intensão de avançar em um dialogo democrático de revisão,  
403 de reestruturação e de reinauguração do Regimento dessa Universidade, com  
404 certeza, não deve ser feita dentro dessa sala. Esse é um primeiro elemento e,  
405 portanto, faço coro com os funcionários que falaram antes de mim, pois se  
406 quisermos, de fato, avançar e se é mesmo essa a intenção dos dirigentes da  
407 Universidade, é preciso avançar rumo a um processo que traga para muito  
408 além dessa sala os estudantes, professores e os funcionários. Acho que esses

409 três pontos que estão elencados para a discussão de hoje, não devem ser  
410 discutidos no abstrato, mas no concreto, porque é no concreto que estamos  
411 vivendo, com a greve das Universidades e com a deterioração das condições  
412 de trabalho, das condições de ensinos que estão colocados nesses três  
413 pontos: Missão, ensino, pesquisa e extensão; e Gestão, transparência e  
414 responsabilidade. Esse três pontos versam sobre isso e é disso que estamos  
415 falando, ou seja, de como a Universidade tem funcionado nesses últimos  
416 períodos e a serviço de quais interesses. Com certeza não é daqueles que  
417 arcam mais com ICMS - com certeza, não. Esse é um primeiro elemento e é  
418 disso que estamos falando: a serviço de quem está a universidade pública  
419 paulista? Isso tem que ser questionado a fundo. Segundo elementos, é notável  
420 que desde os cortes no Orçamento de uma suposta crise que, se existe, não  
421 fomos nós estudantes, nem os funcionários e nem a maioria dos professores  
422 que criaram, é inevitável prever que existe um processo de precarização do  
423 processo de deterioração das condições de ensino, das condições de trabalho  
424 dos funcionários e dos professores e é disso que estamos falando, nesse tema.  
425 E é, portanto, necessário que essa sala do Co reflita sobre um fato concreto,  
426 principalmente no terceiro ponto, que é o da 'Gestão, da transparência e da  
427 responsabilização', porque faz muito tempo que dizemos que isso aqui é uma  
428 caixa preta. As contas da Universidade tenta nos dizer que nem os antigos  
429 gestores e os membros das antigas gestões sabiam o que se passava nessa  
430 Universidade. Agora, o processo de crise que se desenvolveu não foi obra do  
431 acaso. Foi obra de escolha de pessoas, foi obra de processo de expansão  
432 desde 1995, com a mesma arrecadação do ICMS e um processo de expansão  
433 que ainda não responde às necessidades dos 460 mil estudantes que se  
434 formam todos os anos no ensino médio. É preciso que tenha nomes, que tenha  
435 responsáveis, esse é o segundo elemento. Para finalizar, acho que esse  
436 Conselho, no ponto três, tem que dizer, sobre o que a sociedade esta  
437 discutindo - inclusive o Reitor, que já foi procurado algumas vezes - que diz  
438 respeito à cobrança de mensalidades na Universidade. Esse ponto é  
439 fundamental, pois é preciso que o órgão dirigente arque e coloque sua posição,  
440 porque todo dia, na mídia impressa, está sendo colocada qual a alternativa  
441 para a Universidade de São Paulo. Essa é a posição do Conselho  
442 Universitário? O Conselho tem que responder. Essa é a posição da

443 Administração? A Administração tem que responder. Os estudantes estão  
444 organizados na defesa da Universidade, no próximo período, contra os cortes e  
445 ao lado dos professores e dos funcionários para fortalecer uma greve que está  
446 se colocando nas três Estaduais e unificando, também, com os professores da  
447 rede municipal e estadual.” **Prof. Dr. Ciro Teixeira Correa (Presidente da**  
448 **ADUSP)**: “Aqui nos encontramos para apresentar e entregar as propostas da  
449 Diretoria e do Conselho de Representantes da ADUSP, sobre os temas em  
450 pauta nessa reunião, assim organizados: Concepção de Universidade; Gestão  
451 Democrática, Transparência e Responsabilidade Social; Ensino, Pesquisa e  
452 Extensão. Contudo, cabe antes registrar que não podemos nos esquecer do  
453 contexto de impasse que determina, neste momento, a greve nas três  
454 universidades estaduais paulistas - USP, UNESP e UNICAMP. Os documentos  
455 que apresentamos a seguir foram disponibilizados na página eletrônica da  
456 ADUSP em 19.5.2014 e correspondem à consolidação feita pela Diretoria e  
457 pelo Conselho de Representantes, com base nas posições históricas da  
458 Entidade, como contribuição para as discussões sobre democracia na USP  
459 que, espera-se, permitam superar de fato o atraso da Universidade de São  
460 Paulo quanto a este aspecto importante. Nossa perspectiva é contribuir para  
461 deflagrar um processo que leve à superação, nesta Universidade, da  
462 centralização, do autoritarismo, da falta de transparência e da substituição do  
463 controle oligárquico pelo controle social por parte do corpo da Universidade.  
464 Nos documentos da ADUSP, para cada tema, há uma subdivisão em:  
465 ‘Princípios’ e ‘Condições para o cumprimento dos princípios’. A seguir,  
466 apresentamos os ‘Princípios’, que propugnam em síntese: - A educação é  
467 direito social inalienável da população, portanto deve ser pública e gratuita em  
468 todos os níveis, constituindo-se em uma obrigação do Estado, que deve ser  
469 responsável pelo seu financiamento; - A universidade pública, como instituição  
470 republicana, deve voltar-se para a produção do conhecimento, o  
471 desenvolvimento e a democratização do saber em todas as áreas da atividade  
472 humana, assim como a formação ampla para o trabalho e a reflexão crítica  
473 sobre a sociedade; com capacidade de representação social, cultural, artística,  
474 científica e tecnológica, que assegure a produção de conhecimento inovador e  
475 crítico, e respeite a diversidade e o pluralismo, contribuindo para a  
476 transformação da sociedade; - O ensino, a pesquisa e a extensão devem ser

477 desenvolvidos de forma equilibrada e interdisciplinar, atendendo às  
478 necessidades da população brasileira e contribuindo para a correção da  
479 enorme injustiça social no país; - A universidade deve orientar-se por um plano  
480 periódico e sistemático de prioridades que contemplem problemas nacionais  
481 relevantes. Deve ser autônoma em relação ao Estado e a governos, pautando-  
482 se pela liberdade de pensamento e informação, nela sendo vedada toda e  
483 qualquer forma de censura ou discriminação; - A universidade deve adotar  
484 políticas afirmativas de atendimento efetivo a estudantes pertencentes a grupos  
485 sociais economicamente desvalidos, em especial negros e indígenas,  
486 historicamente discriminados, e pessoas com necessidades especiais; - O  
487 ensino deve ser atividade crítica e formadora que, em interação com a  
488 pesquisa e a extensão, contribua para a construção de criticidade e autonomia  
489 do pensamento e da ação, tanto no exercício profissional como na prática  
490 social; - A pesquisa é atividade intelectual de caráter artesanal, que deve ser  
491 valorizada como um instrumento de desenvolvimento - científico, tecnológico,  
492 cultural, artístico, social e econômico -, contribuindo para a construção da  
493 soberania do país. A pesquisa não pode ser condicionada aos critérios da  
494 produção industrial ou do mercado; - O trabalho de pesquisa na universidade  
495 deve ter caráter público, não podendo ser submetido a contratos com cláusulas  
496 que impõem segredo ou compromissos que impeçam a divulgação ampla de  
497 seus resultados; - A extensão é uma política institucional com origem e destino  
498 no ensino e na pesquisa, devendo ter como base a identificação e o  
499 acompanhamento de problemas sociais relevantes, e seus resultados  
500 devolvidos gratuitamente à sociedade. Os projetos de trabalho acadêmico  
501 originários de propostas de extensão devem estar estritamente ligados ao  
502 avanço da pesquisa científica e tecnológica; - As atividades acadêmicas  
503 desenvolvidas por docentes em RDIDP devem constar de seu plano de  
504 trabalho no Departamento e/ou Unidade, como parte de suas tarefas na  
505 Universidade, sem qualquer remuneração adicional; - A realização de  
506 convênios entre a USP e entidades do setor privado deve estar estritamente  
507 ligada ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, com  
508 estabelecimento de prazo determinado e submetida a rigorosa fiscalização.  
509 Nesse caso, é preciso registrar que tais convênios não podem implicar em  
510 conflitos de interesse como aqueles que esse Conselho Universitário ainda



511 retrata, diante da parcela significativa de membros que acumulam cargos com  
512 entidades privadas, autodenominadas 'de apoio', que realizam contratos com a  
513 instituição; - A elaboração do orçamento da USP deve ser democrática e  
514 transparente, com maior responsabilização de comissões e colegiados  
515 envolvidos; - A gestão da Universidade deve ser democrática, participativa e  
516 transparente, respeitando, no mínimo, o que estabelece a Lei de Diretrizes e  
517 Bases da Educação Nacional (LDB); - A execução orçamentária da USP deve  
518 ser transparente, com a disponibilização de todas as receitas e despesas  
519 efetuadas e a garantia de acompanhamento, fiscalização e controle social da  
520 utilização dos recursos por meio de um conselho constituído por professores,  
521 funcionários técnicos e administrativos, estudantes e administração da  
522 Universidade. Temos a convicção de que o estabelecimento da organização e  
523 do funcionamento da USP nestas bases provendo as condições para que de  
524 fato se realizem, contribuirá efetivamente para a superação das dificuldades  
525 que vem há décadas cerceando o pleno desenvolvimento dessa instituição.  
526 Também não temos dúvidas de que é justamente o distanciamento de  
527 sucessivas administrações da Universidade com relação a estes princípios e à  
528 implementação de condições para que os mesmos possam vigorar, que  
529 determinam, no momento, a ausência de interlocução que leva à greve em  
530 curso. Assim é que, tanto em relação ao futuro, como no que diz respeito ao  
531 momento presente, é preciso dar destaque para os itens propostos que se  
532 referem à necessidade de ampliação da dotação orçamentária destinada à  
533 USP, UNESP, UNICAMP e ao Centro Paula Souza, de modo que os  
534 investimentos públicos em educação no Estado de São Paulo contribuam para  
535 que o país atinja o patamar de 10% do PIB nacional para a educação pública,  
536 bem como se avance nos mecanismos de vinculação orçamentária, via Lei  
537 Complementar que estabeleça percentual da arrecadação de impostos do  
538 Estado, incluídas as receitas advindas das transferências federais e de toda  
539 forma de compensação por perda de receita do governo estadual, bem como  
540 da dívida ativa. Sabemos que é possível progredir na agenda que conduza à  
541 democracia na USP, assim como é possível estabelecer – agora – a  
542 necessária interlocução que permita solucionar os impasses que determinam a  
543 greve. É nossa expectativa que tenhamos êxito em ambas as frentes.  
544 Entendemos que é responsabilidade de todos neste Conselho e na

545 Universidade, contribuir nesse sentido.” **M. Reitor:** “Passamos agora à  
546 discussão de cada um dos tópicos que será brevemente introduzida pelo  
547 presidente da CAECO, para que possamos abrir a palavra aos Conselheiros.  
548 Lembro que estamos tratando de tópicos que envolvem, em primeiro lugar, a  
549 autonomia universitária garantida em artigo constitucional, que também garante  
550 a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a terceira missão.  
551 Lembrando, no entanto, que isso vale para a Universidade, mas temos que  
552 meditar e tomar mecanismos que não obrigatoriamente façam que esta mesma  
553 coisa valha para cada um dos docentes pessoalmente. Convém meditarmos  
554 neste momento em que avançamos na reforma. Além do mais, pediria a todos  
555 que, em suas manifestações, tivessem a mais absoluta liberdade de palavra.  
556 Tragam seus sonhos, tragam suas propostas, por mais revolucionárias que  
557 sejam. Mas se abstenham de ameaças. Ameaça verbal não faz parte da vida  
558 democrática.” **Cons. Carlos Alberto Ferreira Martins:** “Quero,  
559 preliminarmente, indicar que o conjunto das propostas encaminhadas, na sua  
560 íntegra, estarão disponibilizadas no *site* dedicado ao tema da estrutura de  
561 poder e governança da USP. Já temos um logo na parte da direita da página  
562 inicial do portal da USP, logo abaixo do logo USP 80 anos, já está colocado o  
563 *link* para o *site*, com a definição de calendário, todas as informações e  
564 decisões, não apenas dos Conselhos Universitários, das sessões anteriores,  
565 mas de todas as reuniões, calendários e, também, todas as sugestões ou  
566 propostas. Já está disponibilizada a reunião do Conselho Universitário do dia  
567 25 de março, e todas serão disponibilizadas na íntegra. Isso permite que  
568 durante as reuniões do Conselho Universitário, possamos compreender que o  
569 esforço que a Comissão fez foi de identificar os eixos centrais de preocupação  
570 em relação a cada um desses temas e não de individualizar a especificidade de  
571 cada proposta. Ao longo do processo de discussão, evidentemente,  
572 caminharemos para um aprimoramento, o Estatuto é um texto e, em última  
573 instância, teremos que caminhar para - em um momento de deliberação - ter  
574 uma ou mais formulações de propostas que terão que ser deliberadas. Nesse  
575 momento, o que nos parece fundamental, chamando a atenção para que a  
576 totalidade das sugestões e propostas estará disponibilizada a todos, inclusive,  
577 na parte direita do nosso *site* há vídeos. Acho importante também dizer que  
578 não só a gravação desta sessão do Conselho Universitário, como de todas as

579 reuniões que têm sido transmitidas e gravadas pela IPTV, estarão disponíveis  
580 para consulta a qualquer momento. Se isso não substitui a possibilidade de  
581 uma imensa reunião física, ao menos garante a possibilidade de acesso a  
582 todos os membros da comunidade universitária à discussão que foi realizada.  
583 Em relação ao primeiro item, gostaria apenas de chamar a atenção para o fato  
584 de que o conjunto de manifestações encaminhadas a respeito do tema 'Missão,  
585 Responsabilidade Social e Princípios da Universidade' apresenta um  
586 significativo contraste com o caráter absolutamente enxuto e, mais do que  
587 enxuto, omissivo em relação a alguns dos princípios fundamentais que foram  
588 levantados, que hoje tem no nosso Estatuto. A maior parte de nós,  
589 provavelmente, consulta o Estatuto como uma obra de referência para resolver  
590 problemas específicos, como por exemplo, como funciona o concurso, qual é a  
591 composição de nosso colegiado, etc. Imagino que, raramente, nos dedicamos a  
592 verificar o que diz nosso Estatuto sobre a missão e os princípios da  
593 Universidade. É muito pouco. É tão pouco que me permito ler. São três artigos:  
594 Artigo 1º - A Universidade de São Paulo (USP), criada pelo Decreto 6283, de  
595 25 de janeiro de 1934, é autarquia de regime especial, com autonomia didático-  
596 científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial. Artigo  
597 2º - São fins da USP: I - promover e desenvolver todas as formas de  
598 conhecimento, por meio do ensino e da pesquisa; II - ministrar o ensino  
599 superior visando à formação de pessoas capacitadas ao exercício da  
600 investigação e do magistério em todas as áreas do conhecimento, bem como à  
601 qualificação para as atividades profissionais; III - estender à sociedade serviços  
602 indissociáveis das atividades de ensino e de pesquisa. Artigo 3º - A USP, como  
603 Universidade pública, sempre aberta a todas as correntes de pensamento,  
604 reger-se-á pelos princípios de liberdade de expressão, ensino e pesquisa. As  
605 diferentes manifestações e propostas recebidas chamam a atenção pela  
606 constatação da ausência de menção, neste capítulo primeiro, ao compromisso  
607 fundante da Universidade de São Paulo, de entender que sua missão  
608 fundamental é a formação integral do cidadão, e não apenas do profissional  
609 capacitado nesta ou naquela atividade, seja ela do magistério, da investigação  
610 ou na atividade profissional. E em várias reuniões percebeu-se a ausência de  
611 uma menção a um compromisso com o desenvolvimento nacional, assim como  
612 várias reuniões de propostas de documentos enfatizam a importância de

613 compreender a extensão como forma de conhecimento, e não apenas como  
614 prestação de serviço. Percebe-se, Professora Arminda, a ausência de menção  
615 à questão da Cultura como responsabilidade fundamental da Universidade; ao  
616 compromisso necessário da Universidade com o aprimoramento do ensino  
617 básico e fundamental e algo já bastante mencionado aqui hoje e que  
618 novamente ocupa uma posição de destaque no debate público, que é a  
619 definição como princípio desta Universidade e do seu compromisso com a  
620 gratuidade do ensino. Estes, certamente, são os eixos centrais em torno do  
621 qual se articularam todas as sugestões encaminhadas à Comissão - que volto  
622 a insistir - para enriquecimento da reflexão de todos nós e estarão  
623 disponibilizadas na íntegra.” **M. Reitor:** “Está aberta a palavra aos senhores  
624 Conselheiros, lembrando que cada um disporá de um tempo de cinco minutos  
625 improrrogável. Peço que todos se controlem nesse tempo, para que o maior  
626 número de pessoas possam se manifestar, uma vez que teremos que controlar  
627 a duração da sessão.” **Cons.<sup>a</sup> Neli Maria Paschoarelli Wada:** “Vou dar minha  
628 sugestão em cima desses temas, mas antes gostaria de ler um comunicado  
629 dos funcionários desse prédio que se encontram em greve. ‘Queremos diálogo.  
630 Não somos intransigentes. Tendo em vista a solicitação apresentada pelo  
631 Professor Carlos Alberto Ferreira Martins, Presidente da CAECO, no sentido de  
632 que se houvesse abertura do prédio da Reitoria Velha para realização da  
633 Reunião Extraordinária do Conselho Universitário, no dia de hoje, os  
634 funcionários da Administração Central, em greve, considerando a necessidade  
635 do diálogo para avanço do processo de consolidação da democracia na  
636 Universidade, aprovaram, após ampla discussão em Assembleia, a liberação  
637 do prédio, conforme solicitado, e consequente posicionamento do nosso Reitor,  
638 pela reabertura imediata das negociações com o CRUESP. Então, estamos  
639 reivindicando que o Professor Zago, nosso Reitor, que hoje, dentro do  
640 CRUESP é o mais radical, o mais revolucionário, fala firme, está mudando  
641 nossa data base para setembro/outubro, que ele acompanhe toda a sua  
642 comunidade, que hoje também está se colocando revolucionariamente em  
643 defesa dessa Universidade, para que ele reabra as negociações com o  
644 CRUESP.’ Gostaria de fazer uma observação. Diante dessa crise financeira,  
645 que dizem que existe na Universidade de São Paulo, a Universidade está  
646 sendo discutida muito mais na mídia do que aqui dentro. E cada dia que passa,

647 através da mídia, estamos tendo conhecimento do modelo de Universidade que  
648 querem nos impor. Então, a responsabilidade desse Conselho é muito grande  
649 ao discutir a democratização na Universidade e ao discutir mudanças  
650 estatutárias, pois ao mudarmos o Estatuto, poderemos mudar o modelo de  
651 Universidade. Por isso, temos que prestar muita atenção. Gostaria de me  
652 referir à questão do primeiro tema - 'Missão, Responsabilidade Social e  
653 Princípios da Universidade'. Tenho andado um pouco pelas universidades  
654 federais e em congressos de centrais sindicais, e na última plenária que estive  
655 com outros companheiros, com toda essa situação financeira da Universidade  
656 indo para mídia e o nosso Reitor insinuando que a culpa é de nós, funcionários,  
657 o povo aí fora, que tem essa Universidade como patrimônio da humanidade,  
658 patrimônio do povo brasileiro, as pessoas, trabalhadores, têm nos falado o  
659 seguinte: 'vocês têm que salvar aquela Universidade, não deixem aquela  
660 Universidade ser modificada, ser privatizada', e assim vão os discursos. Então,  
661 hoje, o nosso sentimento é de que esta Universidade não nos pertence mais,  
662 mas pertence ao povo brasileiro. Ao traçarmos princípios, missão social, temos  
663 que pensar nesse povo. E a segunda questão é sobre o tema 2. Estamos  
664 falando de Ensino, Pesquisa e Extensão. Quero pegar a questão de extensão.  
665 É necessário reconceituarmos extensão, porque todos os instrumentos que  
666 hoje esta Universidade tem, como, por exemplo, os Hospitais Universitários,  
667 Centros de Saúde e todos os serviços de saúde que prestamos, estão sendo  
668 sucateados, inclusive, com propostas de serem administrados pelas tais  
669 organizações sociais, portanto temos que prestar atenção. Outra questão é que  
670 o acesso à Universidade poderá ter outras modalidades. Cuidado aí, porque  
671 tem muita gente séria aqui, mas temos uma minoria que não é séria. Então,  
672 deixar aberto outras modalidades, tenho certeza absoluta de que muitos filhos  
673 de quem administra essa Universidade entrarão aqui, e muitos pobres ficarão  
674 para fora. Então, estamos trazendo como proposta o fim do vestibular e a luta  
675 pela elevação do ensino público nesse país. Sobre a questão 'Gestão,  
676 Transparência e Responsabilidade', li várias propostas que vieram de  
677 congregações, li todas, e tem a tal da Lei de Responsabilidade Fiscal. Gostaria  
678 de saber se essa tal Responsabilidade Fiscal é a Lei de Responsabilidade  
679 Fiscal, porque aí, companheiros, não se trata de ameaças..." Neste momento o  
680 **M. Reitor** interrompe a Conselheira Neli, por conta de ter excedido o tempo

681 determinado. **Cons. Alexandre Pariol Filho:** “É que temos três temas  
682 absolutamente complexos. Acho que poderíamos separar os três temas.” **M.**  
683 **Reitor:** “Caro Conselheiro, neste momento estamos tratando do primeiro tema,  
684 e isso já havia sido dito.” **Cons.<sup>a</sup> Mariana de Moura Sousa:** “Estou encafifada  
685 há alguns dias com algumas medidas do nosso Reitor para resolver o problema  
686 orçamentário da USP. Desculpem esse discurso agora.” Um Conselheiro  
687 manifesta, fora do microfone, que esse assunto não está na pauta. **Cons.<sup>a</sup>**  
688 **Mariana de Moura Sousa:** Senhores, escutem uma argumentação muito  
689 interessante. Recentemente, ouvi uma professora dizer que o que está em  
690 pauta e está sendo discutido aqui é exatamente o que está sendo discutido lá  
691 fora, nas assembleias, só que de outra forma. Então, a forma que vocês sabem  
692 discutir Missão, Gestão, Transparência, é diferente da forma em que as  
693 pessoas estão discutindo lá fora, funcionários, estudantes e docentes.  
694 Sabemos discutir do mesmo jeito, mas também sabemos discutir do jeito  
695 diferente. Nos últimos três meses, laboratórios perderam contratos de xerox e  
696 estão sem tinta para impressoras. Viagens de campo estão suspensas em  
697 algumas unidades, assim como qualquer ajuda de custo por parte da Reitoria  
698 para participação em congressos e publicações. Muitas das obras planejadas e  
699 aprovadas foram suspensas, desde a ampliação de prédios para abrigar novos  
700 cursos, alunos e professores, até a expansão de laboratórios. Projetos para  
701 bolsa de extensão universitária não foram nem considerados esse ano. Todas  
702 essas são atividades imprescindíveis na Pós-graduação, que é quem leva a  
703 pesquisa, a extensão e o ensino nessa Universidade. Fui informada pela  
704 representação discente que na Faculdade de Educação, dois eventos foram  
705 cancelados por conta de cortes em diárias e passagens, assim como foram  
706 cortadas viagens de professores para eventos no exterior. O congelamento na  
707 contratação de professores para substituir os que estão se aposentando vai  
708 começar a cancelar disciplinas já no segundo semestre. A Pró-aluno do  
709 Instituto de Química está fechada. A desinterdição da EACH, compromisso de  
710 campanha do nosso Reitor, está tão distante quanto o ‘Oiapoque’, enquanto os  
711 alunos são obrigados a ter aulas espalhados por toda a cidade e, pior, uma  
712 universidade privada foi contratada, está sendo paga para abrigar nossos  
713 colegas. E, mais recentemente, a bomba da incabível proposta de reajuste zero  
714 para servidores técnicos e professores. Certamente, o nosso Reitor, sua equipe

715 e nossos caros colegas conselheiros, não acreditam que isso será aceito nem  
716 pelos professores, nem pelos funcionários, e agora, nem pelos estudantes. E  
717 tudo isso para quê? O corte no orçamento e o reajuste zero são medidas  
718 paliativas, não vão resolver o problema e tenho a impressão que os senhores  
719 sabem disso. Só dão margem para propostas ainda mais absurdas como a da  
720 matéria veiculada na Folha de São Paulo, que defende a cobrança de  
721 mensalidade na USP. Esta Universidade foi construída em 80 anos do suor do  
722 povo paulista e brasileiro, com o suor de milhares de trabalhadores que  
723 contribuíram com uma parte do seu trabalho para bancar um projeto de  
724 Universidade. E, agora que começamos a ter condições de estudar nela,  
725 querem cobrar R\$ 3.900,00? De onde estes senhores da Folha de São Paulo  
726 acham que vieram os laboratórios? De onde acham que vieram as salas de  
727 aula, as bibliotecas, os prédios bonitos e jardins? Os aparelhos de projeção  
728 que são usados para dar aulas? Do suor do nosso povo. E, se agora já é uma  
729 grande façanha um filho do povo entrar nessa Universidade, como acham que  
730 vai ser se for cobrada uma mensalidade de R\$ 3.900,00? Não há dúvida de  
731 que a instituição de mensalidade só contribui para o aprofundamento da  
732 elitização dessa Universidade. Ao contrário, o que está na pauta hoje aqui é a  
733 ampliação do acesso e da garantia da permanência, é a defesa da gratuidade  
734 do ensino. Dito isso, podemos passar a analisar as causas do problema. A falta  
735 de transparência na gestão e a sonegação do repasse dos recursos do ICMS  
736 pelo Governo Estadual. É bom que a transparência nas contas da Universidade  
737 esteja sendo discutida no dia de hoje. Mas, se por um lado o orçamento da  
738 USP foi, durante anos, uma caixa preta, por outro, o Governo do Estado fez de  
739 tudo para reduzir o percentual do repasse à Universidade. Segundo cálculos da  
740 ADUSP e do SINTUSP, que todos aqui conhecem, só no ano passado, R\$ 540  
741 milhões deixaram de ser repassados às Universidades Estaduais. Mas isto não  
742 é suficiente. Para continuar a crescer, para atender cada vez mais e melhor  
743 aos interesses do povo paulista e brasileiro, as universidades estaduais  
744 precisam de mais recursos, mais professores, mais salas de aula, mais  
745 laboratórios, mais equipamentos de última geração para produzir conhecimento  
746 e compartilhá-lo com a sociedade e contribuir com o desenvolvimento do nosso  
747 país. A USP, as Universidades Paulistas e o projeto de expansão já não cabem  
748 neste repasse, nesta pequena parcela do ICMS. Este Conselho tem uma

749 responsabilidade para com a comunidade uspiana e para com a sociedade  
750 paulista. Precisa discutir e aprovar medidas que ataquem realmente as causas  
751 do problema orçamentário da Universidade. Precisa apoiar a demanda da  
752 ADUSP, do SINTUSP e dos estudantes pelo aumento do repasse às  
753 Universidades Paulistas.” **Cons. Laerte Sodré Júnior:** “Estou querendo trazer  
754 aqui minha dificuldade de ver, na prática, como vamos levar essa discussão,  
755 considerando que os temas são bastante complexos, e não é trivial convergir,  
756 nem em uma assembleia pequena como essa e muito menos em assembleias  
757 maiores. O que acho que deveríamos fazer é um processo de dois caminhos,  
758 uma sistematização ao nível da CAECO, por exemplo, e encaminhamento de  
759 propostas concretas de mudança de Estatuto, do tipo 'artigo 1º atualmente é  
760 este e será substituído por aquele', e encaminhar isso para as unidades.  
761 Dentro das unidades, promoveríamos uma discussão mais detalhada e  
762 poderíamos encaminhar, eventualmente, votações. Digo isso porque, por  
763 exemplo, nas discussões que foram realizadas nas unidades e estão  
764 disponíveis no IPTV, nosso representante da Congregação junto ao Co - aqui  
765 presente - tentou assistir a todas e levar a discussão para o Instituto e vimos  
766 que, na verdade, a coisa não funciona por aí, pois nem todos tem paciência  
767 para assistir ao vídeo e, realmente, as discussões são muito dispersas. Se, de  
768 fato, queremos convergir para uma mudança de Estatuto, temos de ser bem  
769 práticos. Acho que os discursos aqui não convergem e não estou vendo como  
770 convergir. Pela minha própria experiência ao longo dessa vivência no Conselho  
771 Universitário, acho uma situação lastimável, mas penso que estou sendo  
772 realista. De forma que a minha proposta é exatamente essa. Temos  
773 contribuições de várias instâncias universitárias, do SINTUSP, da ADUSP, do  
774 DCE, da própria CAECO e acho que todas elas podem tentar ser  
775 sistematizadas como propostas concretas de mudança de Estatuto e que isso  
776 seja levado às unidades, para que lá se façam discussões para valer e então  
777 teremos até o final do ano para fazer um caminho de ida e volta. Digo isso  
778 porque tem coisas que podemos discutir, como compromisso com a produção,  
779 difusão de cultura, que certamente nos une, coisas que, por exemplo, acho  
780 muito interessante, como, eventualmente, a USP aderiu ao Protocolo de  
781 Bologna, mas tenho certeza que isso está longe de ser um consenso entre os  
782 próprios docentes e não tenho a menor ideia do que os estudantes pensam



783 disso, e isso tudo não é uma discussão para ser feita de qualquer maneira, no  
784 Conselho Universitário. Uma coisa desse tipo exigiria workshops, simpósios e  
785 muita reflexão, antes que uma decisão fosse tomada. Então, acho que  
786 devemos ser pragmáticos e o pragmatismo não abandona discussões e  
787 diferenças, pelo contrário, vai tratar essas diferenças em um ambiente em que  
788 elas possam ser levadas a sério. Simplesmente isso.” **Cons.ª Haydée Svab:**  
789 "Gostaria de expressar que senti falta de duas palavras muito importantes  
790 nesse documento da CAECO, e que certamente foram ditas ao longo das  
791 discussões que ocorreram nas unidades. Sei disso porque já conversamos com  
792 outras unidades. Acho que a primeira palavra que precisa constar aqui é a  
793 Ética. Não vi essa palavra aqui em nenhum momento. **Secretário Geral:**  
794 "Temos um tópico só sobre isso." **Cons.ª Haydée Svab:** "Sim, eu sei. Mas  
795 ainda assim, acho que quando fazemos um documento, ele precisa ser muito  
796 bem amarrado, se não a ética vai falar só sobre a ética e não vai ter ética na  
797 pesquisa, no ensino, na extensão. Por isso, acho importante, em algum  
798 momento constar isso aqui. A outra coisa, na verdade acho que devia estar no  
799 primeiro ponto, não fica explicitado, talvez por parecer muito óbvio, mas acho  
800 importante pontuar, que é a liberdade de expressão e penso que isso precisa  
801 constar. Outro ponto é a questão da legitimidade na realização de linhas de  
802 pesquisa em caráter sigiloso envolvendo alunos. Não entendi exatamente o  
803 que isso quer dizer, mas na forma em que está escrito, pelo que consegui  
804 interpretar, a gente se opõe fortemente à questão de caráter sigiloso na  
805 Universidade, dado que estamos aqui fazendo todo nosso trabalho, com  
806 dinheiro público para sociedade, e que sigilo não quer dizer privacidade. Talvez  
807 se era esse o caráter que queria se dar à questão das linhas de pesquisa, com  
808 privacidade, com preservação de anonimidade, é uma coisa, sigilo é outra  
809 coisa. Então, acho que isso é algo que a gente se opõe de maneira clara. Por  
810 fim, quero propor de, eventualmente, incorporarmos os pontos que a ADUSP  
811 colocou no documento. Quero elogiar a ADUSP, pois é um documento muito  
812 bem feito, muito bem redigido, que aborda vários pontos, os quais nós, da pós-  
813 graduação, estamos de pleno acordo. Além disso, como questão de  
814 encaminhamento, quero propor que - em algum momento o professor que me  
815 antecedeu falou de se fazer redação de textos etc. - o encaminhamento disso  
816 não fosse feito via Congregação, mas que fosse feito com toda a comunidade

817 universitária, cabeça por cabeça e por voto, e não pelas instâncias de poder já  
818 viciadas para discutir uma estrutura de poder que a gente imagina, de alguma  
819 forma, queria mudar.” **Cons. Maria Arminda do Nascimento Arruda:** “Acho  
820 que hoje vivemos um dia histórico e me sinto emocionada, porque participo  
821 desse Conselho Universitário a, aproximadamente, uns 7 ou 8 anos, primeiro  
822 como representante da Faculdade de Filosofia - o que muito me orgulha -, e  
823 depois, na condição de Pró-reitora, e agora, retorno a essa condição. Nunca  
824 tinha visto um Conselho Universitário que trouxesse um debate dessa ordem.  
825 Então, acho que é, de fato, um verdadeiro avanço - que queria assinalar de  
826 saída - e que este avanço envolve, sim, liberdade de expressão como condição  
827 primeira da liberdade e da democracia. O senhor Reitor falou 'façamos com  
828 liberdade e com os nossos sonhos', com os sonhos possíveis de serem  
829 realizados, isso aqui é uma coletividade e que para ser democrática, raramente  
830 os discursos irão convergir. Então, não podia, em primeiro lugar, deixar de  
831 assinalar a importância desse evento e que devemos, na minha maneira de  
832 ver, ter muita humildade para enfrentar esse momento, humildade sem  
833 rendição, mas humildade para ouvir os outros e entender o que está sendo  
834 proposto. Passarei ao primeiro tema, que é o tema em discussão. Observem  
835 esse tema 'Missão, Responsabilidade Social e Princípios da Universidade' e  
836 vejam o documento da ADUSP, que eu também cumprimento. Tudo o que está  
837 sendo arrolado são temas públicos e sociais. Esses subtemas 'Formação  
838 Integral do Cidadão', a ideia da cidadania, o compromisso com o  
839 desenvolvimento nacional, a responsabilidade frente às políticas públicas - e  
840 para minha felicidade, uma coisa que tenho batalhado nessa Universidade, a  
841 relação inextricável entre conhecimento, formação, produção da cultura,  
842 pesquisa e ensino como componente fundamental, essa é a missão da  
843 Universidade. Observando no documento da ADUSP, em seu item 6, na parte  
844 'Princípios', quando se refere à extensão como uma política institucional. Estou  
845 hoje em regozijo e emocionada por poder estar tratando da Universidade a  
846 partir dessa visão pública. Queria chamar a atenção para este Conselho a  
847 respeito disso.” **Cons. José Roberto Castilho Piqueira:** “Gostaria de dizer  
848 que tivemos um embate há alguns momentos que foi menos de conteúdo e  
849 mais de forma. Acho que nos atrapalhamos um pouco na forma. Aquele último  
850 *slide* que foi projetado pelo Professor Carlos sobre Missão, Responsabilidade

851 Social e Princípios da Universidade, não imagino que alguém possa ter  
852 grandes restrições a ele e não imagino que o que está contido aqui não seja do  
853 desejo de todos. Também não imagino que juntar o documento da ADUSP com  
854 o documento da CAECO e outros documentos que possam aparecer aqui, não  
855 possa ser um bom caminho para chegarmos a algo. Acho que se tivéssemos  
856 alguma objetividade e tivesse clareza de que estamos discutindo esse tema, e  
857 dentro desse tema, dar as sugestões que nos cabem, podemos sair daqui com  
858 algo muito bom para todos nós. Quando falamos em mudar o Estatuto, está  
859 certo que estamos falando disso em um momento conflituoso, então é  
860 inevitável que os conflitos aflorem, mas temos que ter clareza que estamos  
861 nessa reunião de hoje tratando do que queremos ser daqui a 10, 20, 40 anos.  
862 E a Professora Maria Arminda colocou isso com muita clareza. Vamos nos ater  
863 a esse documento. Ficamos falando de pautas externas, esse negócio de  
864 Universidade paga é uma pauta externa, não é uma pauta nossa, não é uma  
865 pauta de ninguém, não é uma agenda de nenhum professor, não faz parte da  
866 agenda de ninguém, não precisamos brigar por causa disso. Está escrito aqui,  
867 'a Universidade tem por princípio a gratuidade do ensino e o apoio à  
868 permanência estudantil', é isso que está sendo dito no documento da CAECO.  
869 Então, penso que não deveríamos gastar muita energia nos opondo naquilo  
870 que concordamos plenamente, porque estamos passando por um momento  
871 conflituoso. Vamos esquecer o conflito por um momento, vamos nos ater a isso  
872 e vamos discutir esses tópicos com profundidade, com clareza, para que  
873 depois, em outro momento, possamos votar, deliberar e mudar o Estatuto.  
874 Essa discussão, para mim, é muito rica, respeito muito a posição da Neli, do  
875 Magno, dos funcionários, dos alunos, mas acho que, nesse momento, não  
876 deveríamos caminhar para o conflito e sim para o entendimento, pois é só com  
877 entendimento que vamos fazer uma Universidade de qualidade. Vamos deixar  
878 de lado as agendas externas, vamos ter a nossa agenda. Não nos interessa a  
879 agenda externa. Interessa a agenda externa na medida em que temos de dar  
880 satisfação para sociedade, aí sim. Mas não nos interessa discutir se a Folha de  
881 São Paulo quer que a gente pague mensalidade ou não. Não vamos brigar por  
882 causa disso. Acho que poderíamos acalmar, continuar a discussão e a  
883 discussão ser sobre os pontos aqui colocados." **Cons. Pedro Bohomoletz de**  
884 **Abreu Dallari**: Inicialmente, gostaria de permitir-me uma nota pessoal, o que

885 faço não sem certa emoção. Volto a usar a palavra como membro do Conselho  
886 Universitário da Universidade de São Paulo, depois de 36 anos. Fui  
887 representante dos alunos, neste Conselho, assumindo com 18 anos, em  
888 dezembro de 1977, quando o Reitor era Orlando Marques de Paiva, se não me  
889 engano. O que me faz, provavelmente, o mais antigo membro do Conselho  
890 Universitário, por ironia, com exceção, obviamente, do Professor Massola, mas  
891 ai também é covardia. Fiz parte de uma bancada de estudantes no momento  
892 em que foram reconstruídas as entidades estudantis no Brasil, ainda em plena  
893 ditadura e valia-me das sessões do Conselho Universitário para fazer o registro  
894 da recriação da União Nacional dos Estudantes, da União Estadual dos  
895 Estudantes e do DCE da USP. Com um grupo de colegas muito ativos, entre os  
896 quais se destacava a Professora Eunice Teodoro da Silva, que hoje preside a  
897 Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo, a qual vem fazendo um  
898 excelente trabalho. E destaque e cumprimento o Instituto de Química, pelo  
899 tratamento dado a memória de Ana Rosa Kucinski, que foi um momento muito  
900 importante da Universidade neste trabalho de resgate da memória que todos  
901 temos nos engajado. Recordo-me quando vim pela primeira vez para a sessão  
902 deste Conselho, meu pai, também professor dessa Casa e ex-diretor da  
903 Faculdade de Direito, trouxe-me no Volkswagen da família e deu-me a única  
904 mensagem quando eu saí do carro: 'fale pouco'. Procuro seguir isso  
905 religiosamente e vou ser muito breve. Vou me permitir e faço, fraternalmente,  
906 porque acho que quando discordamos, isso tende a clarificar um pouco o  
907 debate. Vou discordar do Professor Laerte, porque não acho que a discussão  
908 do Estatuto deve ser feita meramente por uma proposta de dispositivos  
909 normativos. Acho que vivemos um momento de crise, mas a crise pode ser um  
910 momento muito positivo para buscarmos novos modelos, novas alternativas.  
911 Não devemos ficar presos a uma lógica que se tratarmos da mudança do  
912 Estatuto meramente sob a ótica do processo legislativo, naturalmente, vai  
913 acabar ensejando mudança, talvez, aquém do que o momento pode gerar. A  
914 meu ver, a discussão - até porque temos tempo - deve ser a mais aberta  
915 possível. Penso que, no começo, não devemos fazer a contabilidade de  
916 posições meramente cristalizadas. Falo por mim, eu mesmo tenho muitas  
917 dúvidas sobre quais são as melhores alternativas para a gestão da  
918 Universidade. Acho que temos que procurar modelos em outros países, temos

919 que procurar ter um debate muito aberto, até para nos informarmos. Vamos ser  
920 francos, o fato de que somos dirigentes de unidade não significa que tenhamos  
921 uma bagagem de conhecimento, inclusive, sobre quais são os modelos de  
922 gestão na Universidade. Acho que temos que integrar a comunidade da  
923 maneira mais aberta possível e tenho a avaliação de que se fizermos isso,  
924 muita convergência se criará no processo e, depois, obviamente, haverá  
925 matérias que serão decididas pelo voto, mas acho que há um espaço muito  
926 grande para acumular uma discussão, uma massa crítica que possa gerar  
927 convergência, consenso e avanço. Acho que tem que haver uma discussão  
928 com a sociedade. E neste ponto, também, permito-me discordar, porque essa  
929 discussão está posta, não depende de nós e não podemos ignorar que nós  
930 constituímos uma parte importante do Orçamento do Estado. Também, por  
931 ironia da história, fui Deputado Estadual por duas vezes, então, por oito anos,  
932 votei o Orçamento de São Paulo. Estava com mandato quando, junto com o  
933 Reitor Lobo, um grupo de deputados, entre os quais eu me encontrava, discuti  
934 essa mecânica de procurar gerar um mínimo de comprometimento da verba  
935 para a Universidade e não é uma discussão fácil, na Assembleia Legislativa. A  
936 sociedade quer é discutir o custo do transporte coletivo, o custo das políticas  
937 de segurança e quer discutir o custo da Universidade e é legítimo que o faça.  
938 Posso não concordar com o que a Folha de São Paulo colocou, mas não posso  
939 ignorar que esse é um debate que existe. O financiamento dos serviços  
940 públicos, a qualidade dos serviços públicos e o seu retorno para a sociedade é  
941 algo que está na ordem do dia e é bom que esteja, pois é saudável, do ponto  
942 de vista democrático. Termino com uma sugestão, acho que paralelo a essa  
943 discussão que vamos fazer internamente e sem que isso tenha nenhum caráter  
944 de comprometimento, a CAECO poderia organizar umas audiências públicas,  
945 onde as entidades da sociedade pudessem falar para nós o que elas imaginam  
946 que deva ser a Universidade de São Paulo. As centrais sindicais, as entidades  
947 religiosas, ou seja, aquelas entidades que fazem a vida da nossa comunidade.  
948 Qual é a expectativa que elas têm, o que elas desejam da Universidade e que  
949 tipo de papel a Universidade deve exercer? A Missão da Universidade não é  
950 algo que deve ser decidido apenas por nós, deve ser algo que a sociedade  
951 possa, de alguma maneira, participar. De forma que deixo aos colegas da  
952 CAECO, que estão fazendo um excelente trabalho, essa sugestão de

953 encaminhamento.” **Cons. Luiz Gustavo da Cunha Soares:** “Vemos  
954 claramente uma diferença importante entre o documento da CAECO e o da  
955 Adusp, que é de qualificação de debate que levantam algumas sombras sobre  
956 que condução que será dada a esse processo. Como foi colocado pelo Cons.  
957 Laerte, essa é uma preocupação legítima e muito importante, pois, afinal de  
958 contas, não é só se a CAECO vai dar conta do recado de, depois de 80 anos  
959 de sua fundação, reformular o Estatuto da USP ou oferecer instrumentos para  
960 reformulação, mas, também, se ela conseguirá criar os espaços frutíferos que  
961 tinham sido prometidos, de uma forma ou de outra, que possam ir além do que  
962 é esse Co hoje. Essa é uma preocupação bastante crescente entre nós, porque  
963 o que estamos vendo é que existe, de um lado, temas concretos e de outro,  
964 abstrações. O que vem dos fóruns hoje, no geral, são abstrações vagas na  
965 melhor das hipóteses; incompletas na hipótese mediana e totalmente sínicas  
966 nas piores das hipóteses. Por exemplo, falar de sigiloso parece um cinismo  
967 muito grande, mas de qualquer jeito, falar de cidadão não avança muito em  
968 relação a formar um trabalhador, pois cidadão é tão vago quanto formar um  
969 profissional. Falar de inovação e responsabilidade também não avança e falar  
970 de gratuidades só no ensino também não avança. Quando estamos discutindo  
971 aqui a gratuidade de toda a extensão da USP, em tudo o que for prestação de  
972 serviço que busque um retorno social, estamos propondo aqui os temas  
973 concretos, porque queremos os temas concretos como estão colocados hoje  
974 no documento da Adusp, para podermos ter um parâmetro para medir quem  
975 cumpre a missão da Universidade. Porque para nós, universidade não é essa  
976 que faz 30, 40 ou 50 acordos com a Petrobrás, com a Odebrecht e com tantas  
977 outras empresas e gera produtos para elas, ou faz declarações para mídia, ou  
978 deixa a mídia tocar os assuntos que bem entender, ou ver a Universidade  
979 como bem entender e a sociedade que não entende muito bem a que serve  
980 essa Universidade; para nós, a Universidade é tocada por esses que estão  
981 orientando a suas pesquisas para temas socialmente necessários, urgentes e  
982 críticos e que formulam visões que se inserem, criticamente, na sociedade e  
983 todos os professores que, inclusive, para além de suas funções regimentais e  
984 obrigações, assumem posições na sociedade e interferem na vida da  
985 sociedade de uma forma efetiva e de uma forma crítica. Mas hoje, o que vemos  
986 é uma universidade não respeitada por uma outra universidade que está aqui

987 dentro dela, que é a universidade das fundações. A Universidade aceita  
988 investimentos privados que gera comando, controle e orientação sobre suas  
989 pesquisas e sobre os rumos que está levando. Uma universidade que não se  
990 espanta com o dado de uma pesquisa como a do Prouni. Pergunto, o que o  
991 Prouni tem a nos ensinar sobre uma universidade de qualidade? O que o  
992 Governo Federal está fazendo com o Prouni, senão dar dinheiro para as  
993 universidades particulares? E vemos dizer que a USP deveria ser paga, o que  
994 é isso? Isso nos espanta, isso nos choca. Neste sentido, entendo perfeitamente  
995 o assombro e a revolta de grande parte dos estudantes e o que o Cons. Raul  
996 expressou aqui. Não me choca que ele venha falar de um aviso ou de como  
997 alguns entenderam como ameaças. Não são vocês que estão ameaçando, o  
998 que está se colocando como ameaça é o ultraje à Universidade. E aqueles que  
999 vivem a universidade, no seu aspecto mais necessário, na sociedade todos os  
1000 dias, estes sentem esse ultraje na pele. E, agora, com a discussão do Estatuto,  
1001 estamos vendo a possibilidade de construir a nossa defesa, de colocar no  
1002 Estatuto a resposta que queremos dar à Folha de São Paulo; de colocar no  
1003 Estatuto a resposta que queremos dar ao Prouni, às fundações privadas e a  
1004 todos os professores que usam o seu tempo de trabalho, que deveria ser de  
1005 dedicação integral à Universidade, em fundações privadas e, a partir dessas  
1006 posições das fundações privadas, fazem acordos preferenciais com a  
1007 Universidade de São Paulo para todas aquelas pesquisas orientadas para  
1008 produtos e não para serviços ou para tecnologias socialmente necessárias.  
1009 Nada disso está contemplado no Estatuto atual e queremos que essa seja a  
1010 marcação de posição da Universidade de São Paulo, que o Estatuto permita  
1011 com que nós digamos: 'essa é a resposta da Universidade de São Paulo'. Isso  
1012 é o que queremos da Universidade de São Paulo, uma Universidade gratuita  
1013 em toda linha e queremos uma Universidade voltada para inserção social,  
1014 voltada para a reparação de injustiças históricas, como por exemplo, através  
1015 das cotas; queremos uma Universidade que faça muito mais do que,  
1016 simplesmente, dizer amém ao mercado. Minha última palavra é dizer que quem  
1017 mais precisa de democracia aqui dentro e que não precisa gritar são aqueles  
1018 que não têm outras ferramentas para se expressar, porque muitos daqui têm  
1019 outras ferramentas, têm acesso prioritário à mídia e muitos outros espaços.  
1020 Agora, quem depende de assembleia estudantil, quem depende da

1021 comunidade de funcionários para se expressar, sabe que aqui não está  
1022 cumprindo sua função democrática. Então, não venham dar lição de  
1023 democracia para nós, pelo amor de Deus.” **Cons. Belmira Amélia de Barros**  
1024 **Oliveira Bueno**: “Gostaria de manifestar nosso apoio e reconhecimento ao  
1025 trabalho da CAECO, que é um trabalho que vem caminhando de uma maneira  
1026 muito séria, cuidadosa e criteriosa. Não dá para tecer considerações sobre os  
1027 pronunciamentos anteriores, mas diria que, resumidamente, a última  
1028 ponderação do Cons. Pedro Dallari, de contemplar as questões externas e  
1029 internas à Universidade, é muito saudável e temos que aproveitar esse  
1030 momento. Quero dizer, além disso, que embora o documento da Adusp não  
1031 tenha sido encaminhado à CAECO - porque eles receberam os documentos  
1032 encaminhados pelas Congregações - devo dizer que, em nosso caso, o  
1033 documento da Adusp está contemplado, porque na Faculdade de Educação,  
1034 temos um fórum que funciona desde o ano passado, totalmente aberto e com a  
1035 participação de docentes, estudantes e funcionários. E foi este fórum,  
1036 justamente, que estruturou a proposta que, depois, em duas congregações  
1037 abertas, foi votado e encaminhado para a CAECO. Portanto, grande parte dos  
1038 princípios que estão contidos no documento da Adusp são do conhecimento e  
1039 foram contemplados pela CAECO. Dessa forma, não é possível dizer que o  
1040 documento da Adusp está totalmente fora e só foi conhecido hoje aqui.  
1041 Gostaria de dar esse testemunho para dizer que a síntese que a CAECO nos  
1042 apresentou foi, também, com base em todas essas questões da gratuidade, da  
1043 liberdade de expressão, da atenção para o ensino público e de uma série de  
1044 outros aspectos que não me vou demorar aqui para mencionar.” **Cons. Arlindo**  
1045 **Philippi Junior**: “Acho que é fundamental termos clareza do trabalho que a  
1046 CAECO vem desenvolvendo e o reconhecimento da importância das  
1047 contribuições que vieram das diversas discussões que vem ocorrendo no  
1048 âmbito da Universidade inteira. As unidades estão se reunindo, estão  
1049 conversando e discutindo essas questões, levantando pontos e,  
1050 principalmente, produzindo sínteses, que são encaminhadas à CAECO. Então,  
1051 fica aqui o reconhecimento a esse trabalho, que não é fácil, mas que foi  
1052 extremamente feliz na caracterização dos pontos centrais trazidos até o  
1053 presente momento. O que gostaria de caracterizar, olhando o documento da  
1054 CAECO e os documentos que nos foram oferecidos pela Adusp e estudantes, é



1055 interessante observar que temos uma série de convergências entre os três  
1056 documentos. O primeiro ponto importante que poderia ser trabalhado é  
1057 identificar quais são essas convergências, pois elas possibilitarão que saiam  
1058 propostas concretas e encaminhamentos associados àquilo que será  
1059 desenvolvido no Regimento. O segundo ponto é que tem divergências. Se não  
1060 as houvessem, obviamente, não estaríamos aqui reunidos para discutir as  
1061 questões de governança que se colocam como uma problemática que precisa  
1062 ser enfrentada, e temos que avançar nessa direção. Essas divergências,  
1063 portanto, agora, podem ser caracterizadas e, até por conta das manifestações  
1064 que ocorrem, podem ser explicitadas, e vamos discuti-las em algum momento  
1065 das próximas reuniões. E ao discuti-las, elas nos vão permitir, em algumas  
1066 circunstâncias, obter avanços, ou seja, obter alguma convergência de  
1067 consenso e, em outros momentos, seguramente, teremos que ver de que  
1068 maneira a maioria vai se expressar, uma vez que no regime democrático,  
1069 temos que ouvir como é que a comunidade quer encaminhar essas questões.  
1070 Então, essa questão das divergências seria extremamente relevante que  
1071 pudéssemos ter, ao término dessa reunião, podem ser caracterizadas e  
1072 seguramente elas podem ser trazidas em uma próxima reunião. Parece-me  
1073 oportuno lembrar de Nelson Rodrigues, com suas crônicas sobre o *Óbvio*  
1074 *Ululante*, que de tão óbvio, às vezes, nós não vemos. Fato é que nossa  
1075 Universidade está fazendo 80 anos, ela ainda é uma instituição altamente  
1076 reconhecida no contexto global e na América Latina, com certeza. É uma  
1077 Instituição que vem cumprindo sua missão e contribuindo para o  
1078 desenvolvimento do país. Esses 80 anos que tem, seguramente, contaram  
1079 para chegar nesse estágio, com a maioria dos professores que estão sentados  
1080 nessas mesas e todos aqueles que estão em seus gabinetes, trabalhando e  
1081 etc. Seguramente, contaram com professores e, além deles, os alunos que  
1082 fazem também o orgulho dessa Universidade. A maior parte dos alunos, como  
1083 está dito, inclusive, em nossos documentos, são aqueles que contemplam a  
1084 posição de liderar outras universidades, outras organizações públicas e da  
1085 sociedade civil, e que mostra que temos coisas a arrumar, como por exemplo,  
1086 melhorar o sistema de governança, mas devemos reconhecer, também, que  
1087 temos muitas coisas que são positivas, que representa contribuição dessa  
1088 comunidade. E isso deve estar pautado permanentemente em nossas

1089 discussões. Essas seriam as questões que gostaria de caracterizar e, a partir  
1090 delas, com as convergências que podem avançar e as divergências discutidas  
1091 e, a partir delas, as decisões que terão de ser tomadas, sejam por consenso,  
1092 seja por definição de maioria, possam agora ser objeto das alterações  
1093 regimentais e serão objeto central dessa sucessão de reuniões que nos levarão  
1094 para obter um novo Regimento que seja transparente e que permita uma  
1095 governança mais efetiva da Universidade de São Paulo e a prestação de  
1096 contas à sociedade desse Estado.” **Cons. Alexandre Pariol Filho**: Existem  
1097 pessoas aqui presentes que nunca entraram no Conselho Universitário e é  
1098 para elas que dedico toda minha vida enquanto servidor público: são as  
1099 pessoas que estão nos assistindo. Espero, sinceramente, que o IPTV e todo o  
1100 arcabouço que temos à nossa disposição possam alcançar as pessoas das  
1101 quais a Universidade tem que estar impregnada. Essas pessoas são aquelas  
1102 que falam em comunidade, que gostam de sua ‘pinguinha’, que gostam de  
1103 futebol, que gostam de ir para à praia, que seja preto, branco, amarelo ou loiro.  
1104 São para essas pessoas que acho que temos que falar qual é nossa  
1105 responsabilidade civil. Estou aqui vendo a minha Universidade chegar aos  
1106 ímpetos da globalidade, sou um pouquinho mais tranquilo, quero que a  
1107 Universidade de São Paulo seja agente de tentar transformar esse país em um  
1108 país um pouco melhor. E acho que é para isso que nosso Estatuto deve estar  
1109 voltado, para as caras dos negros, dos brancos e dos amarelos. Assim,  
1110 pergunto se o vestibular, do jeito que está agora, está a serviço dessas  
1111 pessoas que estão me vendo pelo IPTV. Minha resposta é não. Desculpe-me,  
1112 mas falta cor neste plenário. Pergunto, também, a vocês que estão me  
1113 assistindo pelo IPTV: a comunidade é a FIESP? A comunidade são os  
1114 comerciantes, os comerciários e os agricultores? É tudo isso, mas acima de  
1115 tudo é o preto, é o branco que está na sua comunidade. É para eles que a  
1116 nossa Universidade deve estar voltada. Quando falamos aqui qual a nossa  
1117 responsabilidade social, ora senhores, Protocolo de Bolonha; desculpe-nos,  
1118 vamos discutir como a Universidade vai transformar esse país em um país  
1119 melhor. Às vezes, as discussões são muito mais simples do que estamos  
1120 falando, porque no Brasil Melhor diz o seguinte: hoje a dengue é  
1121 assustadoramente a maior preocupação de muitos. Hoje, discutir por exemplo,  
1122 terceirização, o quanto ela é nefasta para esse país; onde a maioria das

1123 mulheres negras e exploradas estão sendo empregadas a troco vil de moedas  
1124 vis, que é o pouco de sua sustentação. Será que essa Universidade está  
1125 voltada para elas ou não? Acho que é muito mais simples, quando falamos em  
1126 missão, responsabilidade e princípios da Universidade temos que discutir o que  
1127 nos são, efetivamente, a universidade e o universo. É aquele universo que a  
1128 maioria das pessoas não consegue, aquele ataque à Europa ou aos Estados  
1129 Unidos, ou é tentar sanar o melhor de si na comunidade mais próxima; será  
1130 que não é o Butantã, será que não é a São Remo, será que não é o Morumbi,  
1131 aqui do nosso lado e que também tem problemas; será que não é essa coisa  
1132 da ambientação da USP Leste. Acho que a Universidade, enquanto missão -  
1133 porque se formos ver, efetivamente, o que é missão, vamos ver que nossos  
1134 discursos serão cada vez mais simples e cada vez mais complexos, porque  
1135 vivemos em um país absolutamente Kibon, absolutamente complexo. Somos  
1136 negros, brancos e índios e é para esses que a Universidade de São Paulo tem  
1137 que absolutamente pensar; o resto, senhores, deixe que a Europa tenham suas  
1138 boas Universidades, mas esse não é o melhor dos mundos. O melhor dos  
1139 mundos é aquele que temos que construir - a universalidade da universidade  
1140 melhor - dentro do nosso universo, que é esse país de branco, negro e tudo  
1141 mais.” **Cons. André Roberto Martin:** “Pensei que o companheiro que me  
1142 antecedeu estava se referindo a mim, pois é a primeira vez que entro neste  
1143 plenário; nunca havia estado aqui e estou na difícil missão de substituir a  
1144 Cons.<sup>a</sup> Maria Helena Capelato, sem o mesmo brilho e elegância dela, mas, de  
1145 qualquer modo, tenho a missão, em primeiro lugar, de resumir as conversações  
1146 da Faculdade de Filosofia em vários fóruns. Foi muito interessante e, um  
1147 primeiro ponto, para ordenar nosso debate, seria justamente discutirmos esse  
1148 momento histórico que estamos vivendo e entender qual é esse momento  
1149 histórico. Por isso, em primeiro lugar, quero destacar o momento histórico que  
1150 estamos vivendo; em segundo lugar, o papel da USP neste momento histórico.  
1151 Oitenta anos atrás, a sociedade paulista e brasileira atravessava o rubicão de  
1152 uma sociedade agroexportadora, para uma sociedade urbana-industrial e  
1153 compreendeu-se que sem a formação de quadros capazes de levar a cultura  
1154 industrial e urbana adiante, isso seria impossível. É aí que nasceu a  
1155 Universidade de São Paulo. Será que essa missão se esgotou historicamente?  
1156 Passados 80 anos, o desafio agora é transitarmos dessa sociedade urbana-

1157 industrial para a nova sociedade pós-industrial, que é a sociedade do  
1158 conhecimento. Se naquela altura, nos anos 30, a repercussão da USP era, sem  
1159 dúvida, além dos limites do Estado de São Paulo e que se tornou a maior  
1160 Universidade do Brasil, hoje a USP transbordou as fronteiras nacionais e  
1161 somos a mais importante Universidade da América Latina. Sendo assim, em  
1162 resumo - e ai é uma proposta de caráter pessoal - diria que a missão da USP,  
1163 ao completar seus 80 anos, continua sendo, sem dúvida, o compromisso com a  
1164 modernização de nossa sociedade. Mas hoje, o nosso objetivo principal deve  
1165 ser lutar pela soberania cultura científica e tecnológica do Brasil e da América  
1166 Latina.” **M. Reitor:** “É interessante fazer um breve comentário no seguinte  
1167 aspecto: é obvio que essa foi a primeira discussão e ainda estamos um pouco  
1168 tateando sobre onde iremos e com que formato, e é muito compreensível  
1169 também que haja uma chuva de opiniões e ideias nem sempre convergentes;  
1170 serão divergentes em alguns aspectos e isso é esperado, mas mesmo com  
1171 relação à discussão do próprio tema. Agora, também não podemos esquecer  
1172 que teremos outras rodadas que virão e vão organizar mais isso. O importante  
1173 é lembrar que teremos, como produto disso tudo, quando essa travessia estiver  
1174 terminada, a reforma do Estatuto. Isto é, tópico por tópico que serão muito  
1175 concretos, no sentido de mudar isso e, como consequência, terá também, a  
1176 reforma do Regimento Geral e a reforma dos regimentos das unidades. Mas,  
1177 além disso, teremos como consequência, a reforma de outros diplomas legais  
1178 da Universidade, por exemplo, portarias e resoluções que regulamentam o  
1179 funcionamento de diferentes órgãos da Universidade e, mais que isso, deve  
1180 restar também uma visão a respeito da direção da Universidade nos próximos  
1181 anos, que não se projetará, provavelmente, para os 20 anos futuros, mas que,  
1182 certamente, influenciará grandemente os próximos anos da Universidade, em  
1183 termo de programas, etc. Neste momento, não é muito importante separar o  
1184 que vai ficar no Regimento, o que vai para o Estatuto e o que será uma outra  
1185 forma de política da Universidade, mas em um determinado momento, será  
1186 importante saber que palavras vão no Regimento para, ao mesmo tempo,  
1187 modernizá-lo e não engessá-lo. Mas, este momento, acho que é mais de  
1188 liberdade ampla de opinião, de pensamento e de manifestação.” **Cons. Carlos**  
1189 **Alberto Ferreira Martins:** “Quero fazer um comentário brevíssimo que em tese  
1190 entendermos que não seria necessário, mas acho que é fundamental

1191 esclarecer. A CAECO, neste momento, assumiu uma responsabilidade que é  
1192 de sistematização das propostas. Ainda não entendemos que nos compete  
1193 uma relatoria de propostas, isto é, transformar as propostas em um formato de  
1194 texto. Entendemos que é extremamente importante que a discussão ainda se  
1195 dê, essencialmente, no âmbito dos conteúdos gerais e dos princípios e,  
1196 obviamente, haverá um momento que seremos chamados a formular propostas  
1197 precisas de alteração. Provavelmente, em muitos casos, teremos uma, duas,  
1198 três ou mais, eventualmente conflitantes. Neste momento, parece-me que é  
1199 extremamente importante avançarmos, no sentido de identificarmos se, em  
1200 relação a algumas questões chaves, temos grau de consenso suficiente para já  
1201 afunilar. Há grau de consenso suficiente em relação ao que recebemos para a  
1202 definição de que a missão fundamental da Universidade é a de formar  
1203 cidadãos? Obviamente, em uma universidade, as palavras têm pesos; um  
1204 profissional pode ser cidadão, mas profissional e cidadão não são a mesma  
1205 coisa. E a Universidade assumir como sua missão a formação de cidadão, em  
1206 um sentido integral ou assumir, como hoje explicita como sua missão, a  
1207 formação de pessoas capacitadas para o exercício dessas funções específicas,  
1208 definitivamente não significa a mesma coisa e terá uma serie de decorrências.  
1209 Este é um momento em que, a nosso juízo, mais do que a formulação precisa,  
1210 são essas orientações que é fundamental estabelecer. Esta Universidade deve  
1211 explicitar, em seu documento fundamental, que o seu compromisso é essencial  
1212 com o desenvolvimento nacional, sim ou não. Isso não é contraditório com as  
1213 expectativas de configurar, enquanto Universidade de classe mundial, até  
1214 porque a verificação dos estatutos das universidades que normalmente  
1215 consideramos como de classe mundial colocam, claramente, o seu vínculo  
1216 indissociável com os interesses dos locais e dos países onde estão sediadas. É  
1217 essa discussão qualitativa que me parece que é fundamental fazer, neste  
1218 momento. Quando a CAECO coloca, no próximo ponto, 'Harmonização com o  
1219 Protocolo de Bolonha', essa não é a posição da CAECO, não é a posição do  
1220 presidente da CAECO, nossa obrigação, neste momento, é trazer para o  
1221 conhecimento e debate de todos, os temas que a comunidade está  
1222 apresentando. Neste sentido, acho importante marcar que a questão da  
1223 indissociabilidade do ensino, pesquisa, extensão e cultura é um tema que  
1224 preocupa muitíssimo os vários âmbitos de discussão, que não são apenas

1225 congregações ou departamentos, são fóruns e assembleias, porque podemos  
1226 identificar, nas várias manifestações, que a ideia dessa indissociabilidade é  
1227 importante como princípio, mas não parece estar clara nos seus  
1228 desdobramentos. Portanto, esse é um ponto em que é central avançar. Abro  
1229 um parênteses para dizer que não tivemos tempo físico para realizar um  
1230 trabalho que creio ser extremamente importante e vamos continuar fazendo,  
1231 nas próximas discussões, que é remeter as propostas que surgem aos artigos  
1232 e aos parágrafos do Estatuto onde elas estejam referenciadas ou ausentes.  
1233 Acho que é um esforço que teremos que fazer e que vai nos auxiliar na  
1234 continuidade dos trabalhos. Um dos temas que aprecio com muita ênfase, nas  
1235 diferentes propostas, é a necessidade de repensar o que definimos como  
1236 *curriculum*. Isso remete, no nosso caso, ao artigo 62, § 1º, que diz: 'Currículo é  
1237 o conjunto articulado de disciplinas, adequado à conquista de determinada  
1238 qualificação universitária.' Portanto, o que está substantivamente em questão,  
1239 neste tema, é se *curriculum* é exclusivamente um conjunto articulado de  
1240 disciplinas e se não deveríamos incluir na ideia de *curriculum* outras atividades  
1241 essenciais, consideradas importantes para a formação do nosso aluno.  
1242 Devemos pensar se atividades como viagens didáticas, atividades de campo e  
1243 estágios profissionais não devem ser considerados, também, *curriculum* ou  
1244 não. O segundo aspecto fundamental é no sentido de que deve haver uma  
1245 maior autonomia dos estudantes na definição de sua trajetória, ou seja, da  
1246 montagem de seu *curriculum*. Entende-se que isso é fundamental; enquanto  
1247 processo de formação de futuros profissionais, certamente, mas,  
1248 essencialmente, no sentido de que a soberania começa na própria  
1249 universidade, em uma perspectiva ativa em relação à sua própria formação. E  
1250 um tema que também surge com muita ênfase é o da definição, hoje  
1251 absolutamente restritiva, na formulação do nosso Estatuto, em particular, no  
1252 artigo 59, seja no parágrafo primeiro seja no capítulo seguinte, que diz que só  
1253 se ingressa na Universidade por meio do Vestibular. Há a manifestação de  
1254 várias unidades e de vários fóruns de discussão, no sentido de indicar a  
1255 necessidade de se repensar essa exclusividade nessa definição tão precisa na  
1256 perspectiva de aproveitar outros mecanismos. Há várias sugestões, como a de  
1257 que se deve incorporar o ENEM e de se incorporar práticas internas a cada  
1258 unidade. É possível definir uma norma básica e definir, no âmbito das

1259 unidades, autonomia para definir suas políticas de acesso. O fundamental que  
1260 está colocado aqui é que parece haver um grande desconforto com a forma  
1261 como hoje o vestibular está colocado, rigidamente, como a única possibilidade  
1262 de acesso à Universidade. Assim, como há uma ênfase importante na ideia de  
1263 que o Estatuto fixe como princípio - ou seja, fixar como princípio significa definir  
1264 que há uma política de estado e uma política de governo e não uma política de  
1265 uma gestão. Fixar como princípio tem essa dimensão, e é neste sentido que se  
1266 coloca a preocupação que chegou à CAECO, a preocupação como princípio,  
1267 ou seja, como política de estado, a implementação de mecanismos  
1268 compensatórios de inclusão social no acesso à Universidade. Compensatório,  
1269 seja no sentido socioeconômico, seja no sentido racial. O tema é étnico, o tema  
1270 é saber se entendemos que essa seja uma política de estado, um princípio da  
1271 Universidade.” Em seguida, o **M. Reitor** informa que está aberta a palavra para  
1272 os Senhores Conselheiros para se manifestarem sobre o segundo tema:  
1273 ‘Ensino, Pesquisa e Cultura e Extensão Universitária’. **Cons.<sup>a</sup> Ana Lúcia**  
1274 **Duarte Lanna**: “Como representante da Congregação da FAU, queria dizer  
1275 que esta semana tiramos uma moção, que deve ter sido encaminhada a todas  
1276 as unidades da Universidade, solicitando à Reitoria o estabelecimento de  
1277 medidas, no sentido de dar uma efetiva transparência à questão dos gastos  
1278 financeiros e as implicações disso em relação aos desdobramentos que vem  
1279 sendo adotados nesta gestão. Neste sentido, gostaria de dizer que as medidas  
1280 anunciadas pelo Professor Zago no início desta sessão contemplam essa  
1281 demanda da Faculdade, no sentido dela ser imprescindível para que  
1282 possamos, efetivamente, com alguma isenção, compreender determinadas  
1283 demandas. Gostaria, portanto, em nome da Congregação da Unidade,  
1284 agradecê-lo. Em relação à CAECO, como membro da CAECO, acho  
1285 importante dizer que não estamos trazendo nenhuma proposta, estamos  
1286 trazendo uma sistematização de opiniões conflitantes e convergentes, seja  
1287 entre elas, seja em relação ao Estatuto e às normativas existentes. Portanto,  
1288 não estamos apresentando aqui uma proposta da CAECO para alterações,  
1289 mas estamos, exatamente, sistematizando as tensões em torno dos  
1290 documentos que pautam a vida universitária hoje, não mais que isso. Enfim,  
1291 trata-se de organizar as divergências para que possamos discutir, acho que é  
1292 um pouco essa a questão. Como representante da Congregação da FAU e,

1293 portanto, não mais como membro da CAECO, é que gostaria de me manifestar  
1294 sobre esse ponto, dizendo que minha compreensão, pelo menos, depois da  
1295 leitura de todos esses documentos e das discussões que tenho podido  
1296 acompanhar com relação ao item I é que a tal discussão da missão da  
1297 Universidade, que seria o ponto mais abrangente, teríamos poucas dificuldades  
1298 em construir algum consenso, aparentemente. No entanto, a partir do momento  
1299 que vamos avançando em outros itens do temário, as nossas divergências,  
1300 enquanto instituição, vão se explicitando e mostrando a impossibilidade  
1301 daquela convergência que tem no item I, ou seja, temos mais problemas do  
1302 que aqueles itens tão genéricos no ponto I. Isso nos faz crer que em relação às  
1303 divergências é muito importante e necessário que elas sejam explicitadas,  
1304 especificamente, em relação a esse item, que neste momento está em  
1305 discussão. Escolhi duas questões para me manifestar, no sentido de, talvez,  
1306 explicitar essa dificuldade de irmos mudando de escalas de aproximações,  
1307 digamos, nos nossos regramentos. Sobre a questão do ensino, pesquisa e  
1308 extensão, é evidente que há um ganho no sentido de se reconhecer a  
1309 centralidade da extensão que se quer que apareça na normativa, tal como ela  
1310 está hoje. Portanto, o reconhecimento da Cultura e Extensão como um aspecto  
1311 fundante da prática Universitária parece-me, de fato, uma diferença muito  
1312 grande em relação ao Estatuto que nós temos hoje; no entanto, não me parece  
1313 claro se compreendemos que ensino, pesquisa e extensão é uma atribuição da  
1314 Universidade ou dos docentes da Universidade. Gostaria de defender que me  
1315 parece que é uma atribuição dos docentes dessa Universidade, pelo mesmo  
1316 motivo que vou defender que o acesso à Universidade seja por vestibular, ou  
1317 seja, por onde for, que ele seja universal e igual para todos aqueles que  
1318 pretendam ingressar na Universidade. Porque acho que o que orienta minha  
1319 defesa desses dois pontos é uma compreensão do sentido público da  
1320 Universidade que deve contemplar as suas diferenças a partir do  
1321 reconhecimento de parâmetros comuns e universais a todos nós. Acho muito  
1322 ruim a ideia de termos carreiras diferenciadas; a Universidade já experimentou  
1323 isso com a carreira de pesquisador e não me parece que tenha sido uma boa  
1324 perspectiva; a não ser para o próprio pesquisador, mas, enquanto  
1325 Universidade, não me parece que tenha sido um bom caminho. Resolvemos  
1326 isso trazendo essa complexidade para a carreira docente, no sentido de que o



1327 docente não é um mero professor, mas ele traduz, exatamente, essa  
1328 complexidade da Universidade e é essa posição que estou defendendo. Acho  
1329 que devemos, nos diversos detalhamentos desses regramentos, garantir essa  
1330 compreensão, pois acho que é essa compreensão que dá à Universidade a  
1331 complexidade e a diversidade que ela deve ter, que é a de garantir a  
1332 importância da docência nessa articulação do ensino, da pesquisa e da  
1333 extensão e fazer disso uma defesa pública da Universidade. Do mesmo jeito  
1334 que o acesso à Universidade deve ser um acesso que contemple as  
1335 possibilidades iguais para todos aqueles que aqui ingressam. Mais de uma  
1336 porta de entrada não tem sido uma boa solução para nenhum dos casos que  
1337 temos tentado.” **Cons. Felipe Gabriel Soares P. Rodrigues:** “Antes de  
1338 começar a discussão sobre a questão do tripé universitário, ensino, pesquisa e  
1339 extensão, mais a cultura, é importante retornarmos um pouco à questão da  
1340 missão, porque o tripé universitário está diretamente ligado com a missão da  
1341 USP. A Universidade pública, no caso a USP, é geradora do conhecimento, ou  
1342 seja, ela deve pegar esse conhecimento que ela gera, democratizar e  
1343 disseminar para toda a sociedade. E como fazer isso? Justamente se utilizando  
1344 do tripé universitário e da cultura. A pesquisa que hoje é, muitas vezes,  
1345 utilizada para fazer a USP crescer dentro dos *rankings*, tem que começar a ser  
1346 utilizada para solucionar problemas sociais. O Cons. Alexandre mesmo falou  
1347 que hoje, um dos grandes problemas da nossa sociedade é a questão da  
1348 dengue, por exemplo, quanto que a USP gera ou realiza em pesquisa em  
1349 relação às doenças tropicais e em relação à questão de problemas de  
1350 saneamento básico, que hoje é um dos grandes problemas que temos dentro  
1351 da sociedade? Esse conhecimento gerado a partir da pesquisa deve ser  
1352 repassado por meio do ensino. Temos os docentes e temos os discentes e a  
1353 pesquisa deve ser repassada por meio do ensino para esses discentes e,  
1354 assim, os discentes devem utilizá-la como uma forma prática por meio da  
1355 extensão, ou seja, a extensão como o próprio nome fala é utilizar esse  
1356 conhecimento, repassado do ensino, adquirido pela pesquisa e utilizado para  
1357 fazer essa ligação da Universidade com a sociedade. Por que isso? Penso que  
1358 foi o Diretor da Poli, desculpe-me se eu estiver errado, que havia dito algo  
1359 sobre a questão de se discutir ou não o pagamento de mensalidades, isso,  
1360 inclusive, está sendo trazido pela Folha de São Paulo e, também, pelo

1361 Estadão. Isso pode ser um perigo no futuro, porque o povo, que é quem arca  
1362 financeiramente com a Universidade, pode não se sentir representado pela  
1363 USP, pois pode não usufruir desse conhecimento que a USP gera e,  
1364 futuramente, o povo pode parar e pensar: 'eu estou arcando financeiramente  
1365 com a universidade, que não está retornando nada para mim?'. O povo pode  
1366 acabar comprando essa ideia de pagamento de mensalidade; então, é  
1367 importante que tragamos isso á tona e geremos essa discussão e esse  
1368 problema do tripé universitário que não utilizamos hoje, ou seja, a pesquisa é  
1369 utilizada para a USP subir no *ranking* e a extensão é muito sucateada, havendo  
1370 pouca mobilização em relação à extensão. O ensino varia muito, pois não  
1371 temos uma padronização do ensino, isso vai gerar alguns problemas, inclusive,  
1372 dentro da própria Universidade. Assim, temos problemas, por exemplo, em  
1373 relação ao que está ocorrendo na EACH, com a contaminação do solo. Onde  
1374 estão os engenheiros da USP, que é a segunda melhor Universidade da  
1375 América Latina? - não é mais a primeira, é a segunda. Cadê os engenheiros da  
1376 USP que não estão ali tentando solucionar esse caso que ocorre desde o  
1377 começo do ano? Eles estão fazendo pesquisa, eles não estão muito olhando  
1378 para dentro da Universidade. Lá em São Carlos, vemos muitos problemas,  
1379 principalmente nas questões de prédios. Os estudantes, até mesmos da  
1380 engenharia, passam e olham dizendo: 'olha só essa construção civil, que  
1381 problema feio tem ali com uma escada subindo para parede, porta de  
1382 emergência ou dando para um muro'. Isso ocorre, inclusive, na própria  
1383 construção do bandeirão da unidade de São Carlos, que muitos estudantes têm  
1384 muitas críticas em relação a isso, tanto da parte arquitetônica como da parte de  
1385 engenharia. Para finalizar, em relação à questão da Cultura, é importante  
1386 discutirmos como a Universidade deve relacionar a cultura ligando-a  
1387 externamente com a sociedade. No *campus* de São Carlos, estamos proibidos  
1388 de fazer eventos culturais, a própria cidade de São Carlos hoje já tem muito  
1389 poucos eventos culturais e vários pontos culturais têm sido retirados por meio  
1390 da Prefeitura. E o COASO, que é o centro acadêmico de lá, tenta ainda trazer  
1391 diversos eventos culturais para tentar fazer a ligação entre cultura e sociedade,  
1392 mas está sendo proibido por uma questão de liminar. É importante que a USP  
1393 esteja diretamente envolvida com isso, porque é uma forma dela disseminar o  
1394 conhecimento. A cultura é uma forma de disseminar o conhecimento e como a

1395 USP gera esse conhecimento, é outra perna no tripé que faz com que a USP  
1396 esteja totalmente ligada com a sociedade, disseminado esse conhecimento.”  
1397 **Cons Adalberto Fazzio:** "Esta é a primeira vez que dirijo a palavra aos  
1398 Conselheiros. Primeiramente gostaria de dizer que o Reitor foi muito feliz na  
1399 sua palavra inicial, de que é mais fácil fazer um estatuto em uma Universidade  
1400 que nasce, do que naquela que tem o estatuto modificado, já consolidado. Falo  
1401 isso, porque participei da criação do estatuto da UFABC e foi rápido. Ele  
1402 nasceu partindo da primeira pergunta da criação de um projeto pedagógico.  
1403 Então se criou o projeto pedagógico e daí para a frente, o estatuto. Tomo a  
1404 palavra para lembrar dois temas que foram colocados por várias congregações,  
1405 instituições e que parecem não ser pequenos, se essa é uma discussão que  
1406 tem que ocorrer no estatuto e vai para o regimento, portarias, etc. Nunca é ‘a  
1407 Universidade estimulará a criação de ciclos básicos com ênfase na formação  
1408 ampla, multidisciplinar, evitando as especializações precoces’, não haveria  
1409 necessidade, como membro da CAECO, de colocar essa harmonização com o  
1410 Protocolo de Bologna. Apenas para esclarecer aos colegas presentes, hoje no  
1411 Brasil, já tem mais de 12 unidades que têm o Protocolo de Bologna e que há  
1412 necessidade da USP interagir, em particular, com algumas modificações. A  
1413 ideia inicial da UFABC é a do Protocolo de Bologna com algumas  
1414 modificações; lá existe o ciclo básico e precisamos, às vezes, olhar para sua  
1415 experiência. Seu curso de Engenharia foi primeiro lugar no ENADE, perdendo  
1416 para o ITA somente e 50% dos alunos que lá ingressam são de escolas  
1417 públicas. Isso é só para a dar uma informação, já que essa é uma discussão  
1418 que temos de fazer na Universidade, pelo menos uma boa mobilidade no nosso  
1419 curso de graduação, senão não teremos o que chamamos de uma formação  
1420 sólida e ampla para atender nossa sociedade, nosso mercado, nosso governo,  
1421 o setor privado ou quem quer que seja. Outro ponto que gostaria de falar é  
1422 sobre extensão. Extensão hoje nas universidades modernas inclui o que  
1423 chamamos de inovação tecnológica. Inovação tecnológica não pode ficar  
1424 agregada diretamente à Reitoria ou a uma Pró-reitoria, ela tem que ser na Pró-  
1425 reitoria de Extensão. Estamos falando de uma extensão tecnológica, falaram  
1426 aqui da dengue, não adianta descobrir a dengue sem saber como é que se faz  
1427 o esquema de produzir essas vacinas, etc. Toda pesquisa caminha em uma  
1428 direção, não estou dizendo que a Universidade precise fazer inovação, a

1429 Universidade tem que fazer invenção e saber produzir inovação em interação  
1430 com setores externos. Essa satisfação é que temos que dar para a sociedade.  
1431 Essa inovação é que a sociedade está esperando de nós. Os colegas  
1432 colocaram que, daqui a pouco vamos falar do Pré-Sal, não só da dengue, da  
1433 remediação de água e tantos outros problemas que a sociedade está  
1434 esperando de nós. Gostaria apenas de chamar a atenção dos colegas  
1435 conselheiros sobre dois pontos que temos que discutir nessa Universidade: os  
1436 ciclos básicos - o que queremos na nossa formação; e o que queremos da  
1437 nossa inovação tecnológica.” **Cons. Raul Santiago Rosa:** “Na verdade,  
1438 gostaria de começar respondendo ao Conselheiro Felipe, dizendo que o sinal  
1439 está pegando muito bem, inclusive, todas as intervenções estão sendo muito  
1440 bem olhadas e comentadas e já estão tendo repercussão, muito bom estar  
1441 sendo filmado” **Secretário Geral:** “Já estamos com mais de 7.100 conexões.”  
1442 **Cons. Raul Santiago Rosa:** “Parabéns. É um diferencial. Não me inscrevi no  
1443 primeiro ponto, então quero apenas fazer um comentário rápido de 20  
1444 segundos, dizendo que concordo com o Prof. Laerte, que a falta de concretude,  
1445 de fato, muitas vezes, traz um caráter meio cênico para muitas coisas que  
1446 discutimos aqui. Acho que a concretude é importante, apesar de não descartar  
1447 tudo isso. Quero colocar quatro pontos em especial. O primeiro ponto, apesar  
1448 de estar separado em blocos, não podemos dissociar uma coisa das outras.  
1449 Por exemplo, muitas vezes se fala do financiamento privado, concordo que  
1450 muitas vezes até nós falamos sobre isso, mas tem uma consequência muito  
1451 relevante sobre o ensino, inclusive até tivemos uma experiência, na FSP, com  
1452 a Nestlé, a menos de uma década atrás, que vinha à sala de aula com  
1453 profissionais falar que Leite Ninho era melhor que aleitamento materno. Minha  
1454 área não é exatamente essa, mas acredito que essa não é exatamente a  
1455 melhor saída científica que existe. Teve até uma mobilização de professores e  
1456 alunos que mudou isso. Toquei nesse assunto, mas já ia me esquecendo de  
1457 comentar que alguém falou desse caráter ambíguo que tem, não sei se é  
1458 ignorância minha, porque sou da área de Farmácia, sei a diferença, por  
1459 exemplo, que polar é ao contrário de apolar, mas formação de cidadão, não sei  
1460 qual é o contrário de cidadão, se é indigente. Cidadão, para mim, é muito vago,  
1461 acho que é consenso que tem que ser formação de cidadão, de fato. Fico  
1462 querendo saber a definição disso exatamente, saber o que é um cidadão. É só

1463 um esclarecimento que gostaria de ter, as pessoas aqui podem se inscrever  
1464 para falar também. Voltando, os outros três pontos são: a questão da reserva  
1465 de vagas, que já foi muito falada, inclusive, na fala do Prof. Adalberto Fazzio,  
1466 mostra que 50% dos alunos de escola pública da UFABC não foi um problema  
1467 para a boa colocação no ENADE. Aí está mais um argumento, não vou nem  
1468 mais falar a respeito disso, porque acho que já foi muito bem tratado. Os outros  
1469 últimos dois pontos. Primeiro, a modernização democrática dos currículos,  
1470 acho que isso é uma coisa muito importante, de uma maneira participativa, dos  
1471 estudantes poderem também participar, dos profissionais participarem na  
1472 modernização dos currículos. Acho que, muitas vezes, a questão do ciclo  
1473 básico, com uma liberdade maior de matérias optativas é importante e, por  
1474 último, a formação dos docentes em um aspecto pedagógico, porque acho que  
1475 temos uma diferença muito grande entre professores muito bons, porém temos  
1476 também péssimos professores, e não porque eles não tenham uma pesquisa  
1477 boa, concordo que eles devem ter um papel muito importante, entretanto, se for  
1478 para passar um *power point*, mande-me por *e-mail* que eu vejo em casa. Então  
1479 penso que isso é uma modernização que precisamos ter em relação à  
1480 pedagogia na Universidade, pois, se tivesse uma formação e nivelamento  
1481 pedagógico dos docentes da nossa Universidade, não estaríamos mais em  
1482 segundo lugar.” **Cons. Jackson Cioni Bittencourt:** “Não vejo como excludente  
1483 aquilo que o Prof. Laerte, entre outros, falaram aqui. Acho que a discussão  
1484 levada em diferentes fóruns, na verdade, como muito bem sabemos, os  
1485 diretores enfrentam esse dia-a-dia baseado em estatuto e em regimento, então  
1486 não vejo realmente como isso não deva acontecer, deve acontecer e de forma  
1487 simultânea. Se os Professores Ignacio e Zago colocam um calendário, temos  
1488 que cumprir esse calendário e contribuir com o enriquecimento da discussão  
1489 feita em Congregação ou em qualquer fórum que for eleito aqui, acho  
1490 fundamental isso. Um aspecto importante é que, fatalmente, discutimos esses  
1491 assuntos no Co, mas precisamos dar maior difusão àquilo que precisamos ter  
1492 no nosso dia a dia nas Congregações. Seria muito bom que a partir disso  
1493 tivéssemos um encaminhamento preciso do que vai acontecer daqui para  
1494 frente, subsidiado pelas ofertas que a CAECO deve fazer com as discussões  
1495 que estão abertas aqui, em cada um dos pontos. Logicamente, não quis  
1496 acrescentar nada de novo, mas quero insistir nessa proposta de que as

1497 discussões sejam feitas, sim, estabelecendo calendário, estabelecendo  
1498 encaminhamentos apropriados.” **Cons. Rafael dos Santos Ferrer:** “Esse  
1499 debate que travamos agora no ponto dois, de forma alguma dá para se  
1500 dissociar do ponto um, porque o conjunto desses dois pontos sinalizam qual é  
1501 o projeto de universidade que queremos, qual é a concepção de universidade  
1502 que queremos construir daqui para a frente, inclusive, identificar os problemas  
1503 e as limitações da atual concepção que temos de universidade. Então, é difícil  
1504 fazer um debate sem que esses dois pontos se contaminem ou se  
1505 complementem. Tem um debate que está posto e que precisamos ter bastante  
1506 clareza quanto a ele. A própria questão da crise orçamentária tem um potencial  
1507 muito grande para debatermos e, também, qual é o projeto de universidade que  
1508 temos e o que queremos. Não é a toa que em um momento de crise  
1509 orçamentária, a questão mais grave que temos não é só o arrocho salarial - o  
1510 arrocho salarial que os funcionários e os professores vêm debatendo é só a  
1511 ponta do *iceberg* - mas o que a gente vem debatendo, de fato, é como essa  
1512 Universidade vai ser financiada, qual o papel que essa Universidade tem que  
1513 cumprir. É voltar um pouco ao método científico e fazer algumas perguntinhas  
1514 básicas, para sabermos o que é essa Universidade, qual é o papel dessa  
1515 Universidade e como vamos conseguir dar as condições para que essa  
1516 Universidade cumpra esse papel. Acho que é esse debate que estamos  
1517 fazendo aqui, e no momento da crise tem alguns aspectos muito preocupantes  
1518 em relação às soluções mágicas, mirabolantes que acabam por aparecer,  
1519 principalmente com relação à forma de financiamento da Universidade, de  
1520 entrar recurso privado que, muitas vezes, tem o interesse de direcionar nossa  
1521 pesquisa, direcionar nosso ensino para interesses mercadológicos, da  
1522 terceirização que precariza o trabalho. Sabemos como são colocados esses  
1523 editoriais da Folha que, por exemplo, sugerem pagarmos a mensalidade da  
1524 Universidade, acho que são fatores que temos que ter muita preocupação, não  
1525 vejo como fatores menores. Penso que entramos em um momento de  
1526 debatermos então para quem é essa pesquisa, para quem é esse ensino.  
1527 Sobre essa questão da formação do cidadão, queria complementar que seja a  
1528 formação de um cidadão preparado para transformar a realidade em que ele  
1529 vai se inserir, que sabemos ter inúmeros problemas, então que seu currículo  
1530 consiga debater os problemas que esse profissional, que esse cidadão vai

1531 enfrentar na sua vida. Em relação, principalmente, ao ensino, à pesquisa e à  
1532 extensão, queria que entendêssemos um tema que gera bastante espanto,  
1533 sobre a legitimidade da realização de linhas de pesquisa em caráter sigiloso  
1534 envolvendo alunos. Sei que esse não é o posicionamento da CAECO, mas  
1535 seria interessante que, pelo menos, tivesse um esclarecimento para  
1536 entendermos o que está se querendo com isso, porque no meu entendimento,  
1537 é algo bastante perigoso. Além da questão do ensino, pesquisa e extensão,  
1538 entendemos que a nossa Universidade não é uma bolha e que ela não pode  
1539 estar transloucada dos problemas que vivemos na nossa sociedade, acho que  
1540 é fundamental que alguns temas sejam debatidos aqui. Os problemas que  
1541 temos hoje no nosso currículo, na nossa grade, é que, muitas vezes, os  
1542 professores não têm espaços dentro da Universidade para debater o projeto  
1543 político pedagógico dos nossos cursos. Temos inúmeras aulas em que se  
1544 sobrepõem conteúdos, enquanto faltam outros conteúdos, às vezes esses  
1545 professores nem conversam sobre isso, mesmo nas comissões de graduação,  
1546 muitas vezes, os estudantes não têm espaços para colocar os problemas, acho  
1547 que temos uma participação pequena, é preciso democratizar o currículo e a  
1548 organização dos nossos cursos também. E, para finalizar, queria colocar uma  
1549 preocupação que, no dia 25, quando votamos sobre começar a ter esses  
1550 espaços da CAECO, uma das preocupações era se queríamos fazer esse  
1551 debate, que não adiantaria que fosse apenas para nós mesmos. Acho  
1552 interessante ter isso hoje transmitido pela IPTV, mas a demanda que temos de  
1553 participação dentro da Universidade é muito maior que apenas assistir pela  
1554 IPTV. Diversos espaços da CAECO foram organizados nos cursos, em  
1555 diferentes *campi*, mas eu colocava, naquela época, uma preocupação sobre  
1556 não conseguirmos dar as condições para que os estudantes, professores e  
1557 funcionários participassem desses espaços e essas condições, de fato, não  
1558 foram dadas. Não houve uma política institucional da Universidade liberando  
1559 seus estudantes, professores e funcionários das suas atividades normais para  
1560 participarem e comporem esses debates. Enquanto não tivermos uma política  
1561 séria de viabilizar a participação da comunidade universitária nesses espaços,  
1562 vamos continuar fazendo esse debate para nós mesmos, sem conseguir com  
1563 que a comunidade universitária participe como um todo dessa discussão, que é  
1564 fundamental. Todo mundo fala que é um momento histórico. É um momento

1565 histórico, mas é um momento histórico em que precisamos inserir a  
1566 comunidade universitária como um todo para fazer esse debate conosco,  
1567 senão não vai adiantar de nada todo esse debate que estamos fazendo.”

1568 **Cons. Alexandre Pariol Filho:** “Vou começar sobre o último ponto. Essa é  
1569 uma Universidade que trata das questões públicas, não há como trabalharmos  
1570 moralmente a questão do sigilo nas pesquisas dos seus alunos, porque  
1571 sabemos o nome, sabemos os endereços da maioria das pessoas que  
1572 consomem as mercadorias da qual o dinheiro da nossa Universidade é  
1573 gestado, sei das pessoas que estão comprando, estão se abastecendo  
1574 publicamente, porque isso é público. A gestão de nossa Universidade tem que  
1575 ser pública, transparente. Como trabalhamos a questão do sigilo nas  
1576 pesquisas? Espero que, no mínimo, não visualizemos em nosso estatuto  
1577 público jamais essa questão. Acredito que não seremos capazes de entregar  
1578 um documento desse para o Estado de São Paulo, seria uma grande vergonha.  
1579 Faço minhas as palavras, IPTV, quantas pessoas que estão me vendo não  
1580 sentem aquela pulguinha na ponta da língua querendo falar ‘eu também tenho  
1581 contribuição a dar para a Universidade’. Que medo temos dessas pessoas, que  
1582 são nossos parceiros na comunidade? Somos melhores do que essas  
1583 pessoas? Achamos mesmo, sinceramente, que as pessoas que estão nos  
1584 assistindo não merecem contribuir com o Estatuto da nossa Universidade?  
1585 Achamos que o Estatuto será melhor redigido se estivermos fechados em nós  
1586 mesmos e não sabemos que as pessoas que estão próximas têm muita  
1587 contribuição a dar? Será que o que estou falando, outras pessoas fariam  
1588 muito melhor que eu? Acredito que sim. Eu, humilde representante dos  
1589 trabalhadores dessa Universidade, que fui eleito para representá-los - senhores  
1590 que estão me vendo – acho-me bastante humilde para tecer considerações.  
1591 Por favor, contribuam conosco com as suas opiniões.” **Cons: Sergio Franca**

1592 **Adorno de Abreu:** “O trabalho da CAECO já foi aqui explicitado várias vezes -  
1593 organizar os temas que apareceram nos fóruns, nos debates. Não houve  
1594 nenhuma tentativa - e já foi explicado também - de por uma ordem, não é um  
1595 documento da CAECO nesse sentido, não é uma tomada de posição. De  
1596 qualquer maneira, penso que o trabalho mais importante que a Comissão fez  
1597 foi de selecionar temas - acreditamos ter dado conta de todos que apareceram  
1598 - e que são realmente muito polêmicos, que envolvem uma discussão que, do



1599 ponto de vista micro, pode resultar em posições pró ou contra, e isso pode, no  
1600 conjunto, formatar um modelo de Universidade. O que estou querendo dizer é  
1601 que deveremos pegar esses temas um a um e discutir os pontos prós e  
1602 contras. Por exemplo, sei que hoje há muitas críticas ao Protocolo de Bologna,  
1603 mas há posições favoráveis. Vamos pesar os pontos, vamos ver aonde  
1604 ganhamos, aonde perdemos, porque sim, porque não. Outro exemplo, uma  
1605 questão que acho muito importante, é a da flexibilização dos currículos - e está  
1606 na ordem do dia. Grandes universidades têm essa transversalidade dos  
1607 currículos, mas operacionalizar essa proposta é um processo complexo. Se  
1608 essa for uma proposta que irá para o Estatuto, ela tem que estar muito bem  
1609 discutida, porque senão depois não iremos conseguir colocá-la em execução. A  
1610 questão do sigilo é uma questão polêmica, precisamos entender exatamente o  
1611 que queremos fazer. Na área de humanas, em muitas pesquisas nós pedimos  
1612 autorização para fazer entrevistas, as pessoas assinam um documento  
1613 autorizando e, muitas vezes, temos que respeitar o sigilo dela, quando não  
1614 quer se identificar como aquela que está depondo. O que vale é a experiência  
1615 dela e não ela como pessoa, outras vezes ela diz que quer ser identificada.  
1616 Esse é um sigilo, que tem que ser preservado, certo? Só que isso é explicitado,  
1617 a razão, etc. Acho que esses temas precisam ser discutidos com densidade,  
1618 teríamos que ter um quadro com argumentos favoráveis e desfavoráveis e  
1619 pesar. Acho que é isso que nos cabe fazer aqui e, evidentemente,  
1620 multiplicando as opiniões, os pontos de vista. Acho que alguns temas são mais  
1621 apaixonantes do que outros, mas acredito que esse é um pouco o espírito que  
1622 gostaríamos de ter aqui, isto é, pegar esses temas, se possível um a um, e  
1623 pensar quais são os pontos favoráveis e quais são os contrários.” **M. Reitor:**  
1624 “Queria reforçar o que o Prof. Sergio Adorno disse, sem querer intervir  
1625 diretamente no debate, mas é muito importante passarmos para a substância  
1626 de cada uma das coisas que estão aqui, não basta fazer uma crítica genérica.  
1627 É necessário sim, neste momento, alinharmos os argumentos a favor de um  
1628 tópico e os contrários a ele, porque é isso que vai, em última instância, formatar  
1629 a sua inclusão no Estatuto e no Regimento, como política na Universidade. A  
1630 questão do sigilo relacionado com pesquisas, claramente, não se trata apenas  
1631 de proteger a privacidade, trata-se de pesquisas que são feitas na  
1632 Universidade em associação com entidades externas, eventualmente com

1633 empresas, e que garantem sigilo por um período, para que as descobertas  
1634 possam ser patenteadas, isso tem que ser discutido aqui, as pessoas tem que  
1635 dizer sim, não e porque, onde estão os benefícios e onde estão os pontos  
1636 negativos, para que se forme uma opinião e, finalmente, transforme-se em uma  
1637 política da Universidade. É nesse sentido que temos que caminhar, com pontos  
1638 concretos. A mesma coisa diga-se com relação à gratuidade da Universidade.  
1639 Claro que essa bandeira está sendo agitada fora, isso não é novidade, já foi no  
1640 passado e voltará a ser. Cabe-nos discutir isso com clareza e provar à  
1641 sociedade a razão pela qual não interessa à USP, nesse momento, o ensino de  
1642 graduação e pós-graduação pago. Cabe-nos provar isto. Não adianta o fato de  
1643 que estamos convencidos e ficamos aqui entre nós dizendo 'é um absurdo  
1644 falarem disso'. Pensem bem, temos que ir à substância de cada uma dessas  
1645 coisas que estão postas aqui, não basta dizer que a pauta não está muito boa,  
1646 que é um absurdo falar do Protocolo de Bologna. Também nunca fui favorável  
1647 a isso, mas ele está aqui, alguém o está levantando e muitas universidades  
1648 brasileiras assim estão fazendo. Temos que aumentar muito o intercâmbio com  
1649 as demais universidades brasileiras, temos que assumir o ônus de não  
1650 introduzirmos essa modificação e as dificuldades de interação permanecerão,  
1651 mas achamos que é assim, pois estamos convencidos, vimos dados. Ou então  
1652 não, nem que seja para facilitar a nossa interação com as outras, nós  
1653 aceitaremos. Precisamos desses argumentos. Como eu disse, hoje foi um  
1654 exercício preliminar, mas precisamos ir à substância de cada um desses  
1655 tópicos." **Cons. Umberto Celli Junior:** "O tempo é pequeno, mas gostaria de  
1656 trazer a tona novamente esse tópico do Protocolo de Bologna. A meu ver não  
1657 se trata de harmonização, não temos que tratar ou cuidar de harmonização.  
1658 Temos que olhar a experiência do Protocolo de Bologna e ver em que sentido  
1659 ela é positiva para a USP, ou seja, o Protocolo de Bologna foi produto de uma  
1660 intensa negociação, um consenso entre várias universidades da Europa, que  
1661 resultou no aprimoramento de muitas que estavam ficando defasadas. Nesse  
1662 momento que estamos repensando a USP, temos que olhar para essa  
1663 proposta que veio sistematizada pela CAECO, a qual faço meus elogios pelo  
1664 trabalho. Temos que olhar como a USP tem que verificar experiências feitas no  
1665 exterior, nesse momento em que ela faz uma autorreflexão. Muitas  
1666 universidades europeias, que estavam ficando para trás em termos de

1667 pesquisa e ensino, se beneficiaram do Protocolo de Bologna. Não estou  
1668 defendendo o Protocolo de Bologna, estou apenas sustentando a ideia de que  
1669 devemos olhar para a experiência positiva que trouxe para muitas  
1670 universidades europeias, senão corremos o risco de também ficar para trás.  
1671 Também não estou dizendo que a USP não deva olhar para seus interesses ou  
1672 para a sua comunidade, não é nada disso, olhando para experiências  
1673 estrangeiras ela pode melhor beneficiar sua própria comunidade. De forma que  
1674 chamo a atenção, pois esse é um aspecto que merece ser discutido na sua  
1675 essência, não como uma transposição mera e simples de uma experiência,  
1676 mas como uma experiência a ser avaliada. Outro aspecto que me parece  
1677 também ressaltado é a questão da autonomia das Unidades, da revisão das  
1678 estruturas curriculares, isso é uma discussão que está colocada, as Unidades  
1679 conhecem bem as suas necessidades, conhecem bem as deficiências das  
1680 suas grades, então a elas é que cabe essa discussão. Hoje, sabemos que  
1681 existe um grande processo que passa por várias instâncias, sai da  
1682 Congregação das Unidades e passa por diversas esferas da Administração  
1683 Central que talvez não fosse necessário, talvez isso bastasse ser discutido nas  
1684 Unidades e depois verificado *a posteriori*, se não destoava do processo amplo da  
1685 Universidade. Parece-me que esse é um dos pontos muito relevante, é uma  
1686 discussão que está alinhada com a ideia já colocada pelo M. Reitor, da  
1687 descentralização da Universidade. Esse é um aspecto que me pareceu  
1688 importante destacar, porque ele não foi, a meu ver, sobejamente discutido e  
1689 enfatizado nessa sessão.” **Cons. Phillipe Pessoa de Santana:** “É muito  
1690 importante continuarmos ampliando as discussões com a comunidade. É  
1691 evidente que houve, nesses últimos dias, limitações consideráveis para a  
1692 realização dos debates e dos fóruns que geraram o relatório da CAECO, por  
1693 isso devemos ter consciência de que ainda não exploramos o enorme potencial  
1694 dessa comunidade para resolução de problemas. Então, faço um apelo para  
1695 que não encerremos aqui as discussões desses temas, que certamente serão  
1696 recorrentes nas próximas discussões. Concordo com o Prof. Dallari sobre a  
1697 importância de incluir os setores da sociedade através de audiências públicas.  
1698 Quero, também, sugerir que os pontos que tenham divergências claras  
1699 apontadas aqui na relatoria sejam matéria de debates mais amplos. Tanto  
1700 nessas audiências, como em chamadas de textos e em consultas públicas à

1701 comunidade acadêmica e à sociedade, de modo que possamos caminhar e  
1702 aprofundar nas divergências nos tensionamentos. É importante reconhecer que  
1703 alguns desses primeiros temas são fundamentais para o encaminhamento  
1704 dessas discussões. Uma delas, que acho muito importante, é como a nossa  
1705 comunidade enxerga a interação do mercado com a Universidade ou como fica  
1706 o equilíbrio entre os interesses da sociedade e do mercado, porque me parece  
1707 que se não resolvermos isso, as outras discussões não caminham. Quando  
1708 vamos falar de mais autonomia para os alunos de graduação nos seus cursos?  
1709 Temos que lembrar que uma das maiores barreiras para a flexibilização dos  
1710 cursos justamente são os currículos mínimos que são feitos, regulados pelas  
1711 associações de classe. A pesquisa hoje também atende grandemente a  
1712 interesses de mercado. Quero dizer, temos que ver se a Universidade quer se  
1713 colocar contrária a isso ou se ela quer se colocar favorável, porque isso dirige o  
1714 resto. Se decido que, majoritariamente, deve ser ouvida a sociedade, alguns  
1715 desses pontos ficam e outros saem.” **Cons. Walter Ribeiro Terra:** “Queria  
1716 voltar no problema que já foi mencionado algumas vezes de passagem, com  
1717 certo ar crítico, sobre o caráter sigiloso da pesquisa. Vou citar dois exemplos,  
1718 mas poderiam ser citados inúmeros outros. Por exemplo, todos sabem que a  
1719 EMBRAPA, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, é a responsável  
1720 principal - tem coadjuvantes, é claro - na pesquisa brasileira, para o  
1721 desenvolvimento da agricultura tropical. E para isso, uma coisa importante é  
1722 fazer modificações genéticas em plantas. Quando estamos nesse setor, uma  
1723 coisa muito importante é chamada de promotores, que são descobertas na  
1724 área de manipulação genética, e esses promotores são patenteáveis. Pode ser  
1725 usado para uma planta que resolva um problema, do interesse nacional, mas  
1726 pode ser licenciado e se ganhar dinheiro com aquela descoberta. Se alguém  
1727 tem uma ideia muito original no desenvolvimento desse promotor, essa  
1728 pesquisa tem que ser feita de forma sigilosa, porque as empresas privadas, a  
1729 Monsanto, por exemplo, que é uma concorrente, teria muito interesse em saber  
1730 o que está se passando, mas se você mantém o caráter sigiloso, isso só será  
1731 público depois que está patenteadado, portanto se a Monsanto quiser usar, terá  
1732 que pagar a patente. Podemos citar outros exemplos, todos sabemos que a  
1733 Petrobrás é uma empresa líder em pesquisa de águas profundas, tanto sobre  
1734 prospecção, quanto sobre recuperação do petróleo e ela está com um desafio

1735 tremendo agora, que é o Pré-Sal, em que surgem dificuldades maiores do que  
1736 já encontrou até agora, então vai existir um desenvolvimento tecnológico aí.  
1737 Processos descobertos nisso também são patenteáveis, portanto a Petrobrás  
1738 também pode licenciar sua descoberta. A pesquisa feita no desenvolvimento  
1739 desse processo também precisa ser sigilosa, tem a Shell, a Esso, todos de  
1740 olho. Se eles desconfiam do que seu concorrente está fazendo e se eles têm  
1741 mais recursos - que eles têm mesmo mais que nós - vão imediatamente fazer  
1742 aquilo antes de nós, vão patentear e, no fim, temos a ideia e pagamos o  
1743 licenciamento do processo. Quando se olha dessa forma, acho que é  
1744 defensável, sim, pesquisa de caráter sigiloso. O que se deve ver é 'você está  
1745 fazendo isso com quem?' Então, trata-se de um problema de como é que  
1746 regulamentamos o processo. A ideia em si é muito importante se quisermos  
1747 fazer inovação tecnológica em um mundo competitivo, senão não tem  
1748 nenhuma chance de avançar nesse caminho." **M. Reitor**: "Novamente o Prof.  
1749 Carlos Martins vai introduzir o tema três e vamos procurar manter a discussão  
1750 ao redor de meia hora, porque alguns conselheiros ainda vão voltar para o  
1751 interior." **Prof. Carlos Alberto Ferreira Martins**: "Acho importante destacar  
1752 que o tema 'Gestão, transparência e responsabilidade fiscal', desde a consulta,  
1753 solicitação e manifestações anteriores à reunião do Co de 25.3, teve uma  
1754 grande repercussão. Evidentemente, isso traduz tanto a importância do tema  
1755 em si, quanto a constatação das dificuldades que a ausência de controles mais  
1756 efetivos na vida orçamentária e fiscal da Universidade colocaram com tanta  
1757 clareza na situação que estamos vivendo hoje. Aproveito para fazer um  
1758 esclarecimento prévio, solicitado numa manifestação anterior, que a ideia de  
1759 responsabilização fiscal nas discussões que foram encaminhadas não significa  
1760 a aplicação, na Universidade, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Há um  
1761 princípio de responsabilização fiscal que é: 'não gaste muito mais do que aquilo  
1762 que você recebe'. A Lei de Responsabilidade Fiscal é válida para os entes  
1763 federativos e, sobretudo, estabelece um limite claro do gasto com pessoal,  
1764 estabelecendo uma pequena gradação, que chega à possibilidade de  
1765 intervenção, 48% é o limite prudencial para que uma prefeitura ou um governo  
1766 estadual gastem com pessoal, a partir daí, se uma prefeitura chega a 50%, o  
1767 Tribunal de Contas do Estado emite um alerta e, em um limite, que é acima de  
1768 53%, há a possibilidade de suspender contratações, etc. Evidentemente, não é

1769 possível aplicar a Lei de Responsabilidade Fiscal a uma autarquia de regime  
1770 especial com as finalidades da Universidade, então estamos falando no  
1771 princípio da responsabilização social e fiscal e não da aplicação da Lei de  
1772 Responsabilidade Fiscal, inaplicável que é hoje a uma autarquia de regime  
1773 especial, que é a Universidade. Outra coisa é discutir se em algum momento  
1774 definiremos limites numéricos da folha em relação ao orçamento total. De  
1775 qualquer maneira, ninguém está falando de aplicar a Lei de Responsabilidade  
1776 Fiscal na Universidade. Há um conjunto muito grande de sugestões e  
1777 propostas, mas diria que elas têm duas naturezas distintas. A primeira delas é  
1778 a sugestão de incorporação de práticas ou órgão atualmente inexistentes na  
1779 Universidade. Então, vai nessa linha a proposta de criação de uma  
1780 controladoria, caracterizações do papel dessa controladoria, a proposição de  
1781 mecanismos de elaboração participativa do orçamento ou de proposição e que  
1782 a Universidade assuma a perspectiva de construção de seus planos plurianuais  
1783 de gastos e investimentos. Propostas, seja da criação de órgãos, seja da  
1784 incorporação de práticas que hoje a Universidade não incorpora. A segunda,  
1785 são propostas que dizem respeito à natureza, à composição e às atribuições da  
1786 Comissão de Orçamento e Patrimônio. Ninguém está propondo que deixe de  
1787 existir a COP, mas há uma enorme diversidade na compreensão de qual deve  
1788 ser sua natureza, sua composição e as suas atribuições. Em relação a isso,  
1789 apenas destaco que o nosso Estatuto atual, se considerarmos seus artigos 20  
1790 e 22, permitem a leitura de certa contradição. O artigo 20 diz que é  
1791 competência das Comissões Permanentes opinar em assuntos sobre os quais  
1792 o Conselho Universitário, os Conselhos Centrais, ou o Reitor, solicitem parecer.  
1793 No nosso linguajar cotidiano, incorporamos a ideia de que são comissões  
1794 assessoras, em geral, inclusive falamos mais em comissões assessoras do que  
1795 em comissões permanentes. No entanto, ao verificar, no artigo 22, as  
1796 competências da COP, encontramos: 'I – elaborar a proposta do orçamento-  
1797 programa da USP, respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho  
1798 Universitário'. Registre-se que a nossa prática, à exceção do final do ano  
1799 passado, é de aprovar o orçamento, quando que, estritamente, o Estatuto está  
1800 dizendo que 'cabe ao Co as diretrizes e à COP, elaborar o orçamento.  
1801 Precisaria ficar mais explícito, que é a elaboração de uma proposta ao Co, se  
1802 esse fosse o entendimento. 'II – deliberar sobre propostas de criação,

1803 modificação e extinção de funções administrativas;’ ‘III – deliberar sobre  
1804 aceitação de legados e doações feitos à USP, quando clausulados;’ ‘IV –  
1805 deliberar sobre pedidos de transposição e suplementação de verbas;’ ‘V –  
1806 deliberar sobre acordos entre a USP, suas Unidades, Museus, órgãos de  
1807 Integração, órgãos Complementares e entidades oficiais ou particulares;’ ‘VI –  
1808 deliberar sobre propostas de criação, modificação e extinção de órgãos  
1809 administrativos.’ Parece-me que este é um tema sobre o qual também temos  
1810 que nos pronunciar e buscar a construção de um consenso. Como disse, há  
1811 diferentes propostas, mas chamo a atenção para o nosso entendimento de que  
1812 hoje, no Estatuto, há uma contradição entre a concepção de uma Comissão  
1813 que é assessora do Co e a definição, dois artigos depois, de um conjunto de  
1814 atribuições que são, essencialmente, deliberativas.” **M. Reitor:** “Antes de  
1815 continuarmos e darmos a palavra aos inscitos, lembro que já está em  
1816 funcionamento um Grupo de Trabalho, que deve estudar e elaborar proposta  
1817 para uma controladoria. Certamente, isso será uma contribuição para que ela  
1818 possa funcionar - uma vez resolvida - até que essas coisas sejam aprovadas e,  
1819 ao mesmo tempo, servir de embrião para ser aprovada ou modificada pelo  
1820 próprio Co na sua estrutura permanente. O segundo aspecto importante que o  
1821 Prof. Carlos lembrou é que, com o passar do tempo, a COP, assim como a  
1822 CLR, foram assumindo ou recebendo atribuições adicionais. Isto é, de simples  
1823 ou de uma importante Comissão assessora, ela passou também a ser  
1824 deliberativa em uma série de aspectos. Isso é fácil de entender, tendo em vista  
1825 a dificuldade do funcionamento do Co, que cresceu muito, tem dificuldade de  
1826 se reunir de uma maneira plena e, portanto, que todos os assuntos passem por  
1827 ele. Portanto, tenho certeza de que o tópico chegará aqui em um determinado  
1828 momento, talvez seja importante estudar o próprio funcionamento do Co e,  
1829 eventualmente, estudar a possibilidade de um conselho executivo que esteja  
1830 bem representado, que possa ter reuniões mais frequentes e que possa tratar  
1831 de assuntos de envergadura menor, para facilitar a vida do Co. Isso permitiria  
1832 que esta função deliberativa das Comissões fosse muito restrita. Enfim,  
1833 também é necessário pensarmos sobre isso adiante.” **Cons. Jefferson**  
1834 **Antonio Galves:** “Queria contar que não estou no Co há muito tempo, é minha  
1835 segunda reunião, mas estive nessa Reitoria em 1970, invadindo a Reitoria,  
1836 tentando destruir um arquivo policial de uma comissão parlamentar da policia

1837 militar aqui dentro. Havia um coronel que estava fichando docentes e  
1838 estudantes, na época eu era jovem, MS1, e lembro-me que jogamos esses  
1839 arquivos pela janela, junto com outros e pusemos fogo. Na época, a USP vivia  
1840 um momento muito difícil, com delações e demissões sumárias. Minha mulher,  
1841 que era estudante de Psicologia, um dia leu no jornal o nome dela: 'a estudante  
1842 de psicologia francesa Marie Cristina Resnique está sendo procurada'. Ela  
1843 estava em casa com o bebê, não se chamava Resnique, eles erraram o nome.  
1844 Ela teve que sair em seguida, tive que ficar ainda quatro meses acabando meu  
1845 mestrado, para garantir o ganha pão da família. A USP é um bastião de  
1846 liberdade e ela resistiu bravamente. Sempre vi a USP como um lugar em que a  
1847 democracia tentava se expressar. Lembro-me de um verso do Castro Alves:  
1848 'Eis me de volta a São Paulo, oásis da poesia e da liberdade. Bela cidade, das  
1849 neblinas e das mantilhas e muita moça bonita'. E o que ele falava de São  
1850 Paulo, era sobre a Faculdade de Direito, é essa a São Paulo. Dito isso, vamos  
1851 ver a nossa situação atual de órgão de poder. Temos uma estrutura colegiada  
1852 que é mais ou menos o exemplo de democracia representativa, que saiu da  
1853 Revolução Francesa, da Comuna de Paris, uma estrutura de comissões locais  
1854 que vão se estruturando em órgãos - Conselho de Departamento,  
1855 Congregação, Conselho Universitário. Com uma democracia direta, um famoso  
1856 filósofo pragmático russo, muito ativo no começo do século, não teria  
1857 desaprovado isso, não deu muito certo em seu país, mas ele tentou aplicar  
1858 isso. Então, se é assim, porque há esse sentimento de que estamos em uma  
1859 situação antidemocrática? Fiquei muito desesperado quando vi todos os  
1860 representantes que disseram que esse órgão não é democrático. Por que não?  
1861 Fomos todos eleitos, de uma maneira ou de outra. Então a reclamação é talvez  
1862 sobre a disparidade – 'estão aqui só os titulares'. Sou titular, então esse é meu  
1863 exemplo. Mas não me sinto, realmente, em oposição de classe com os meus  
1864 colegas MS-4, MS-3. Tem alguma coisa estranha, claro, a luta pela paridade,  
1865 devíamos ter igual representatividade, funcionários, estudantes, então há essa  
1866 discussão. O que embasa, apesar disso tudo, esse sentimento de que estamos  
1867 em um regime não democrático? Possivelmente, tem a ver com alguma coisa  
1868 que foi tocada antes, que é um aspecto mais retórico das nossas discussões.  
1869 Defendemos grandes princípios e a discussão, fazemos no varejo. Discutimos  
1870 as folhas das árvores e perdemos de vista a floresta, que fica nas mãos de



1871 algum iluminado. Se for um iluminado esclarecido, ótimo, senão vamos para  
1872 uma situação de catástrofe. Como fazer para enfrentar isso? Acho que a única  
1873 coisa que podemos fazer, é tentar dar às nossas discussões um caráter  
1874 substantivo, sair das grandes palavras. Vamos voltar ao começo da USP, que  
1875 foi fundada como uma instituição de combate político da elite paulista e deu  
1876 muito certo. Do ponto de vista do poder paulista, deu muito certo. Todo o poder  
1877 do Brasil, de esquerda ou de direita, saiu de São Paulo, e a USP, para fazer  
1878 isso, dizia em seu Estatuto, no 1º parágrafo: ‘A função da Universidade é  
1879 promover a pesquisa científica’. Acho que essa é uma decisão política. Não  
1880 estou de acordo com generalidades do tipo: ‘a função da Universidade é  
1881 promover a cidadania’. Não, isso é a função da democracia; isso fazemos na  
1882 estrutura política. Outro dia, em uma conversa com uma amiga, esta me disse:  
1883 ‘esse é um espaço de liberdade’, disse para ela: ‘o espaço de liberdade não é  
1884 um espaço construído, é um espaço de relações pessoais e políticas’. Acho  
1885 que temos que tentar dar às nossas discussões um caráter substantivo, sair  
1886 das declarações gerais e tentar tomar decisões que contem. Acho que essa é  
1887 uma decisão que temos que tomar.” **Cons. Carlos Gilberto Carlotti Júnior:**  
1888 “Inscrevi-me no item três, pois creio que as maiores contribuições advindas do  
1889 *campus* de Ribeirão Preto serão neste item, mas gostaria de fazer alguns  
1890 comentários individuais inicialmente. Primeiro, gostaria de defender este  
1891 formato de discussão, creio que poderíamos - ou o Magnífico Reitor poderia -  
1892 ter escolhido um grupo de notáveis para elaborar uma proposta de estatuto,  
1893 para que votássemos sim ou não, com algumas pequenas modificações. Isto  
1894 seria mais rápido, mas o processo que foi escolhido, que é um pouco mais  
1895 lento, no início nos dá uma sensação de falta de direcionamento, uma  
1896 impressão de que não chegaremos a nenhum resultado e que estas  
1897 discussões vão ser estéreis. Penso que não, considero que esta discussão  
1898 será bastante construtiva e ao final desta discussão poderemos fazer um  
1899 documento bastante elaborado e bastante coeso com grande consenso. Desta  
1900 forma, defendo bastante isto que está sendo feito. Considero que será bastante  
1901 produtivo. Neste sentido, tenho uma sugestão final. Particularmente, sinto-me  
1902 contente com as discussões de hoje, no item um, podemos considerar alguns  
1903 pontos, como por exemplo, que a USP passará, se for consensual, a promover  
1904 inovação, desenvolver políticas públicas, que terá sua extensão valorizada e

1905 será responsável pelo aprimoramento do ensino básico e fundamental. Se  
1906 conseguirmos introduzir isto em nosso Estatuto será um grande avanço,  
1907 porque no Estatuto atual, lendo as palavras iniciais do Conselheiro Carlos  
1908 Martins, a USP olhava apenas para dentro de si e agora estamos olhando para  
1909 a sociedade. Nosso Estatuto atual menciona 'ensino e pesquisa além de',  
1910 depois deste 'além de' aparecerá 'extensão', fica a impressão que isto foi  
1911 lembrado de última hora, como se tivesse faltado a extensão, então colocou-se  
1912 além de extensão, como se esta não fosse prioridade para a Universidade. É  
1913 uma grande mudança de foco, por exemplo, em relação às políticas públicas,  
1914 se colocarmos no Estatuto, certamente no Regimento teremos que descrever  
1915 como isto será feito, ou o IEA fará, ou um grupo de escolas fará, desta maneira  
1916 poderemos colaborar com a sociedade, para resolver os seus grandes  
1917 problemas. Poderíamos eleger três ou quatro grandes temas anuais e oferecer  
1918 para os governos federais, estaduais e as prefeituras esta riqueza de  
1919 conhecimento dentro da Universidade. Acredito que não é pouco o que  
1920 estamos fazendo. Em relação ao *campus* de Ribeirão Preto, farei um breve  
1921 resumo, creio que todas as unidades possuem comissões formadas por  
1922 professores, alunos e funcionários, estes somados, estamos envolvendo cerca  
1923 de cinquenta pessoas na organização destes eventos. Fizemos dois fóruns de  
1924 discussões, no dia 22 e no dia 29 de maio, o modelo contou, primeiramente,  
1925 com a realização de uma palestra relacionada com um dado tema e depois a  
1926 discussão deste; ao final a comissão se reúne e tenta elaborar o que foi dito,  
1927 buscando consenso. No primeiro dia tivemos 100 participantes, com 340  
1928 visualizações pelo IPTV, no segundo dia, tivemos 150 pessoas, com 592  
1929 visualizações pelo IPTV, mostrando que realmente a comunidade está  
1930 participando deste processo e que as discussões têm sido muito ricas. No  
1931 primeiro dia tivemos uma palestra do Professor Sigismundo e do Professor  
1932 José Marcelino, tratando da missão da Universidade, no segundo dia tivemos  
1933 uma palestra do Professor Gustavo Assed, que explicou os fundamentos do  
1934 que é um estatuto, um regimento e suas respectivas diferenças; foi bastante  
1935 rico, para podermos entender daquilo que estávamos comentando e nossas  
1936 conclusões são muito parecidas com aquilo que o Conselheiro Carlos  
1937 demonstrou neste item três. Desta forma, falou-se de gestão mais  
1938 profissionalizada, falou-se dos diretores, foi usado o termo 'curso de imersão',

1939 comentou-se sobre entender recursos humanos, sobre entender licitação,  
1940 sobre entender licitação da Universidade antes de assumir os seus cargos  
1941 discutindo-se recursos humanos. Discutindo que devemos ter transparência na  
1942 administração com a abertura pública de documentos, como pautas, atas de  
1943 reuniões, decisões, comunicados além da parte financeira da Universidade.  
1944 Temos de ter prestação de contas periódicas, devemos ter instrumentos de  
1945 planejamento e gestão que garantam que tenhamos um plano plurianual. Um  
1946 plano de estado e não de governo, além de planos quadrienais que seriam  
1947 definidos pela reitoria, mudança na forma de representação nos colegiados,  
1948 tudo isso deveria ter um cronograma de atividades que seguiríamos no *campus*  
1949 com palestras e debates. Neste momento mudamos um pouco no *campus* de  
1950 Ribeirão Preto, vamos fazer só a palestra e faremos outras reuniões como  
1951 *workshop*, pois do contrário consideramos ficar muita discussão e pouca  
1952 operacionalização e, como sugestão para a reitoria – uma sugestão que já foi  
1953 feita, de certa forma, pelos estudantes – é que depois das discussões das três  
1954 reuniões do Conselho Universitário no mês de outubro, provavelmente  
1955 tenhamos um ‘feriado reitoral’ de um, dois ou três dias, para que possamos  
1956 juntar através de fóruns e *workshops* todas estas palestras, ideias e sugestões,  
1957 para tentar transformar em um único documento. Muito obrigado.” **Cons.**  
1958 **Carlos Eduardo Batista de Souto Alves:** “Começarei abordando a gestão da  
1959 Universidade. Existe um problema sério da gestão que é sentido pelos  
1960 estudantes, que é a sua falta de representatividade. Todos estão cansados de  
1961 saber disso e estamos cansados de falar sobre isso. Não é por este motivo que  
1962 pararemos. Alguns podem dizer: ‘vocês não participam das comissões que são  
1963 pertinentes’, ‘vocês não ocupam nem os cargos que têm, quem dirá novos  
1964 cargos’. Neste ponto, entramos em um problema muito antigo de como são  
1965 vistos estes conselhos e da distância que existe entre a nossa realidade  
1966 cotidiana e os conselhos da Universidade, desde o conselho departamental. O  
1967 Reitor disse na POLI que os representantes discentes vêm aqui trazer  
1968 demandas de fora, então vou contradizê-lo e trazer as demandas da parte que  
1969 mais nos atinge, que é o departamento. No meu curso são cerca de mil alunos  
1970 e três departamentos, nós temos um representante discente em cada reunião  
1971 de departamento. O estudante observa esta estrutura e pensa, primeiro nunca  
1972 estarei lá, segundo que um único representante correrá o risco de não ser um

1973 bom representante e temos que aceitar, pois só tem um. Se observar isto, no  
1974 Conselho Universitário são dez para graduação e cinco para a pós-graduação.  
1975 Isto é muito pouco e por ser pouco, afasta os estudantes, é um problema que  
1976 não é fácil de se resolver, mas creio que mudando a estrutura da gestão, como  
1977 os órgãos são formados, possibilitando uma participação maior dos estudantes,  
1978 que em grande parte têm aula, têm que trabalhar e têm que participar das  
1979 comissões. Este também é um grande problema, não sei exatamente uma  
1980 solução para isto, mas é algo que pode ser pensado também. É uma  
1981 especificidade da categoria. Com exceção daqueles que trabalham na USP ou  
1982 têm bolsa da USP, é muito difícil pedir uma dispensa para participar de uma  
1983 reunião de comissão. Quanto à meritocracia que tanto se fala da gestão, é  
1984 importante destacar que não é uma meritocracia de gestão. Não existe um  
1985 modelo de avaliação de gestão na USP, os cargos são formados a partir da  
1986 suposta meritocracia acadêmica, o que, não necessariamente, tem relação  
1987 com o mérito de gestão. Por muitas vezes os professores ou os gestores não  
1988 tem nenhuma experiência ou nenhuma habilidade para lidar com pessoal, para  
1989 lidar com responsabilidades que não sejam a sua pesquisa, a sua área e são  
1990 levados a estes cargos por outros motivos, que não sua eficiência na gestão.  
1991 Já tivemos graves problemas com isso e todos já sabem. Quanto às propostas  
1992 de mecanismos de controle, considero que foi importante a sindicância aberta  
1993 pelo Reitor que foi uma demanda da última reunião do Conselho. Demonstra  
1994 que há boa vontade em sanar este problema, mas ficamos à mercê da boa  
1995 vontade da reitoria, que se a reitoria não quisesse abrir esta sindicância, não  
1996 abriria e seria muito difícil ir contra isto. Muito obrigado.” **Cons. Marcos**  
1997 **Vinicius Folegatti:** “Construímos, ao longo de 80 anos, uma estrutura bastante  
1998 densa de conselhos de departamentos, congregações, comissões e o  
1999 Conselho Universitário. Fico pensando se no nosso Estatuto contivesse um  
2000 artigo que dissesse se precisamos traçar diretrizes da Universidade e  
2001 supervisionar sua execução; que houvesse um outro artigo que afirmasse que  
2002 deveríamos estabelecer periodicamente as diretrizes para o planejamento geral  
2003 da Universidade, nelas compreendidas as de caráter orçamentário; que  
2004 houvesse um artigo que abordasse o planejamento acompanhado da avaliação  
2005 de todas as atividades da Universidade; que houvesse um que falasse da  
2006 elaboração e da ementa do Regimento Geral da Universidade de São Paulo e

2007 que houvesse, também, no Estatuto, um Conselho Consultivo que envolvesse  
2008 membros da Universidade e pessoas externas à ela; que possuísse a missão  
2009 de encaminhar ao Magnífico Reitor, para a apreciação deste Conselho,  
2010 subsídios para a fixação de diretrizes e de uma política geral da Universidade;  
2011 que este conselho consultivo possuísse a função de opinar sobre assuntos que  
2012 lhe forem submetidos pelo Reitor e por membros deste Conselho; que  
2013 conservasse, também, a função de opinar sobre o desempenho da  
2014 Universidade e, por fim, que dispuséssemos de um regimento que  
2015 contemplasse um artigo que previsse julgar recursos interpostos contra  
2016 decisões da COP, CLR e CAA; que houvesse outro artigo no Regimento que  
2017 tratasse sobre a deliberação, sobre política salarial de docentes e servidores  
2018 não docentes, ouvida a COP e que possuíssemos, também, um artigo para  
2019 aprovar um plano diretor da Universidade, com metas de curto, médio e longo  
2020 prazo, que encontrássemos, previsto nesse Regimento a obrigatoriedade de  
2021 reuniões periódicas com pautas estabelecidas deste Conselho. Para ser  
2022 prático, tudo isso está estabelecido no nosso Estatuto e no nosso Regimento,  
2023 então a pergunta que me faço é por que nós não funcionamos? Por que na  
2024 ESALQ, demoramos doze anos para aprovar o nosso Regimento – e é claro  
2025 que esta discussão é muito importante – mas não acredito que vamos mudá-lo  
2026 100%. Temos que colocar um caráter prático nesta questão. Tenho grande  
2027 experiência em cargos administrativos, mas sou neófito no Conselho  
2028 Universitário, desta forma, a pergunta que me faço é por que nós não  
2029 operamos? Proporia um minuto de silêncio e reflexão, mas como não há  
2030 tempo, creio que o caminho deveria ser nesta direção.” **Cons<sup>a</sup>. Neli Maria**  
2031 **Paschoarelli Wada**: “Começarei por onde fui interrompida. A criação de uma  
2032 controladoria foi uma excelente ideia, mas na prática ela só será uma excelente  
2033 ideia se esta controladoria possuir transparência. Desta forma, é necessário  
2034 definir o que é receita própria, então temos uma pergunta: o lucro das  
2035 fundações é receita própria? O dinheiro da Parmalat e da Monsanto que entra  
2036 na ESALQ vai para onde? Outras iniciativas privadas já instaladas dentro da  
2037 Universidade, isto é receita própria? Como que será isto? Outro ponto, na  
2038 questão da dotação básica de folha de pagamento, esta folha de pagamento  
2039 tem que ser bem explicitada - funcionários ativos, funcionários inativos. Hoje  
2040 sabemos que 20% da nossa folha de pagamento é gasto com os

2041 trabalhadores, que são os professores e funcionários inativos. Temos, também,  
2042 que incluir os gastos com terceirização, que tem exposto esta Universidade,  
2043 sendo uma mazela desta Universidade. Estas são as sugestões dos  
2044 trabalhadores. Considero que foi uma boa ideia a transmissão destas reuniões,  
2045 destes debates, através do IPTV, gostaria de agradecer as moções de apoio  
2046 que estou recebendo e, com todo o respeito, agradecer ao Professor Zago, por  
2047 ter demonstrado como é que as mulheres trabalhadoras são tratadas dentro  
2048 desta Universidade. Muito obrigado, tenho um grande respeito pela sua  
2049 pessoa.” **M. Reitor:** “Também tenho grande respeito pela senhora Conselheira  
2050 Neli, mas há que se admitir que em um conselho, em que cada um tem um  
2051 tempo de cinco minutos para falar, este tempo tem de ser respeitado e sete  
2052 minutos é um exagero.” **Cons. José Antonio Visintin:** “Em primeiro lugar,  
2053 quero dizer que estou na Universidade por uma razão muito simples, pela  
2054 liberdade que tenho de trabalhar, fazer e executar minhas tarefas. Este é um  
2055 centro de excelência de democracia, esta é a única razão pela qual estou aqui.  
2056 Em segundo lugar, gostaria de cumprimentar a CAECO pela elaboração destas  
2057 regras em três itens fundamentais. Falarei aqui em uma condição de ex-diretor,  
2058 diria que, para se cumprir o item um e dois, preciso do três. Considero que o  
2059 problema desta Universidade é a gestão, esta que é complicada. A gestão é  
2060 fundamental, então sobre aquilo que foi dito pelo Conselheiro Carlos Alves, às  
2061 vezes somos levados à direção da escola – creio ser fundamental que cada  
2062 diretor seja da unidade, pois precisa entender os problemas da sua unidade,  
2063 afinal na hora que passar para a área de gestão, precisará resolver os  
2064 problemas que presenciou, então destes itens de profissionalização, entendo  
2065 que a comissão fez itens e não tive a oportunidade de entrar nos detalhes do  
2066 que é gestão neste aspecto profissional, mas considero que isto ocorre – desta  
2067 forma, se assume a direção de sua unidade, passa-se um ano aprendendo o  
2068 que é contabilidade, licitação, edital, entre outras coisas, então o assistente  
2069 acadêmico lhe comunica, ‘professor precisa-se fazer um edital para ter a nova  
2070 eleição’. Deste modo, considero isto fundamental, pois nós estamos dirigentes,  
2071 mas a gestão da Universidade é permanente, e gestão se faz com o corpo  
2072 funcional. Temos um assistente administrativo, um assistente financeiro e um  
2073 assistente acadêmico. Estes são profissionais, não vamos criar um diretor  
2074 administrativo, um reitor administrativo, pois ao criar mais cargos, a folha de

2075 pagamento crescerá ainda mais, sem necessidade. Temos que profissionalizar,  
2076 e temos que profissionalizar todos. Fiz um curso de gestão e administração  
2077 pública recentemente na Universidade, de dois anos, na FEARP, 99 eram  
2078 funcionários e apenas eu de professor, todos assistentes. E o conhecimento, o  
2079 desenvolvimento destas pessoas é de altíssimo nível, mas não adianta formar  
2080 o assistente e depois a cadeia seguinte não falar a mesma língua. Temos que  
2081 conceber os assistentes – que considero que é o mais complexo em termos  
2082 administrativos – pois estes são os executivos permanentes. Nós estamos  
2083 diretores, precisamos criar um mecanismo na Universidade onde aquele  
2084 indivíduo que deseja ser chefe de departamento, presidente de uma comissão  
2085 ou mesmo diretor, tenha, antecipadamente à gestão, os subsídios de gestão,  
2086 pois quando assumir a direção da escola, não perde mais tempo em aprender;  
2087 conhecerá todos os órgãos da Universidade, saberá o que é contabilidade, o  
2088 que é licitação, o que é edital, falará a mesma língua. Creio que a Universidade  
2089 ganha muito com isto, então considero que foi isto que capturei, aprendi e senti  
2090 neste curso de gestão feito na FEARP. O quanto foi de contribuição, o quanto  
2091 se avança neste aspecto, considero que esta profissionalização, esta gestão é  
2092 fundamental. Se não houver gestão, não se cumprirá a missão da  
2093 Universidade. Esta contribuição que gostaria de deixar, não criando mais  
2094 cargos, mas utilizando a própria máquina da Universidade, que temos tudo  
2095 para utilizar. Creio que a Pró-reitoria foi a grande responsável por este curso de  
2096 gestão que se deve dar continuidade. Isto dará um ganho de qualidade na  
2097 Universidade, assim cumprimos realmente nossa missão que é formar  
2098 recursos humanos e cidadãos de altíssimo nível.” **Cons<sup>a</sup>. Maria Cristina da**  
2099 **Silva Leme:** “Tratarei duas questões bastante breves, considerando o horário.  
2100 Por um lado, dois temas que foram tratados pelos docentes da FAU, que se  
2101 reuniram em várias assembleias e na congregação, bem como uma  
2102 contribuição para o encaminhamento desta discussão, que me parece  
2103 extremamente importante – e gostaria de cumprimentar a direção da USP,  
2104 Professor Zago e Professor Vahan, por esta iniciativa, pois esta é uma  
2105 demanda que foi encaminhada desde o ano passado e esta realização tem de  
2106 ser extremamente bem sucedida, considerando que há uma expectativa muito  
2107 grande da comunidade da USP em relação às discussões que estão  
2108 acontecendo neste Conselho e estão aqui programadas. Queria destacar que

2109 os pontos encaminhados parecem refletir três níveis de questão, alguns  
2110 afirmam princípios, outros modificam alguns ou princípios ou órgãos que já  
2111 existem na organização da USP e outros criam novos órgãos, novas  
2112 atribuições. Desta forma, temos três níveis bastante claros de proposição  
2113 nestes três temas que aqui estão sendo discutidos e queria lembrar que os  
2114 temas são transversais e conjunturais. Creio que estas duas questões tem que  
2115 ser levadas na sua medida. Alguns pontos trazem discussão de princípio e,  
2116 pelo fato de se colocarem em uma concretude muito clara, são mais fáceis de  
2117 serem discutidos, o exemplo claro é o 'acordo de Bolonha'. O acordo de  
2118 Bolonha, muitos de nós enfrentamos esta discussão, porque no processo de  
2119 internacionalização da USP o acordo de Bolonha nos pressiona o tempo  
2120 inteiro. O acordo de Bolonha tem duas questões, por um lado a mobilidade de  
2121 docentes e alunos, mas por outro lado ele encurta o tempo de formação, então  
2122 quando discutimos o acordo de Bolonha, temos que discutir estas duas  
2123 questões e esta é uma questão de princípio da Universidade. É isto que quero  
2124 dizer, as questões são transversais, os dois temas foram bastante discutidos  
2125 na FAU. Foi por um lado, a descentralização, sendo que esta é bastante  
2126 contemplada neste último tema, principalmente da questão financeira, que hoje  
2127 é uma questão conjuntural. Queria lembrar que isto é conjuntural, não é a única  
2128 questão, mas ela nos traz por uma conjuntura este tema que aparece na  
2129 questão da descentralização, das instâncias de formulação e de decisão  
2130 administrativa, financeira e acadêmica da USP. Estas questões aparecerão e,  
2131 para isso, queria chamar a atenção que existe o reatamento nas estruturas da  
2132 USP, nas estruturas existentes da USP, nas comissões permanentes nos  
2133 conselhos centrais e nas Pró-reitorias, toda esta forma de organização da USP  
2134 está presente na estrutura da USP, ou seja, quando discutimos uma questão  
2135 de gestão, quando estamos discutindo uma questão de descentralização,  
2136 estamos discutindo as estruturas da USP e, como bem lembrou o meu colega  
2137 da matemática, a USP é formada por órgãos colegiados. Esta é a estrutura da  
2138 USP, é a forma como ela se organiza, que possui problemas, mas possui  
2139 muitos méritos. Assim, queria destacar para esta discussão que ao pensarmos  
2140 os princípios, devemos lembrar que estes são transversais, e lembrar que  
2141 estes estão presentes na estrutura da USP. Ao mesmo tempo em que estamos  
2142 discutindo, por exemplo, descentralização, este ponto vai refletir, tanto nas



2143 comissões permanentes como na organização das Pró-reitorias, como dos  
2144 conselhos centrais. Enfim, pensarmos esta relação entre temas e a estrutura  
2145 da USP.” **Cons. Luiz Gustavo da Cunha Soares**: “Creio que um dos  
2146 problemas que escapou neste debate é a paridade na composição dos  
2147 conselhos, que só nós, representantes discentes, estamos trazendo. Desta  
2148 forma, considero muito importante colocarmos a necessidade de qualificar esse  
2149 debate no aspecto de não retomarmos um desmerecimento, como se o  
2150 estudante não fizesse parte tal e qual outras estruturas, como se os  
2151 professores tivessem algum tipo de preferência nas decisões por terem mérito.  
2152 O plano de mérito passa muito antes do que os resultados em si da carreira de  
2153 cada pessoa, mas passa muito antes pelas condições que estão dadas pela  
2154 participação estudantil. Quando discutimos gestão democrática, é fundamental  
2155 discutirmos estas condições. Hoje é muito difícil para um estudante participar -  
2156 como outro colega já atentou - existem mais do que dificuldades funcionais,  
2157 como por exemplo, a dificuldade de conciliar com aula, ou a família para  
2158 estudantes com um pouco mais de idade como eu, obrigações profissionais,  
2159 entre outras... Existe também a necessidade de entender o que é feito aqui,  
2160 que não é pouca coisa, como os próprios professores estão atentando, difícil  
2161 para os professores, imaginem para nós entendermos toda essa fragmentação,  
2162 toda essa composição. Neste aspecto, algumas questões avançariam muito,  
2163 como por exemplo, criar este plano plurianual que fosse, sim, para as bases,  
2164 para as unidades e se discutisse nas unidades como um plano político, mais do  
2165 que um plano tecnocrático e detalhado – como se não houvesse ali uma  
2166 decisão política – que entendêssemos os rumos que queremos dar à  
2167 Universidade, a cada determinado número de anos e isto pudesse chamar a  
2168 atenção dos estudantes. Um problema sério que temos hoje é este, os  
2169 estudantes não entendem como decidir, ou qual o interesse nessas e em várias  
2170 dessas discussões, ou quando há interesse, por vezes, não conseguimos dar  
2171 continuidade, aquele grupo de estudantes interessados não consegue se  
2172 manter ao longo do tempo, pois precisam dar continuidade com o resto da sua  
2173 vida. Este é um problema fundamental, este problema envolve a transferência  
2174 nos departamentos, estes debates não chegam esclarecidos nos  
2175 departamentos, portanto, muitas vezes, cumprir a função de representante  
2176 discente nos conselhos departamentais se torna uma atitude permeada de uma

2177 burocracia que não entendemos e isto afasta o estudante, ou seleciona os  
2178 estudantes mais arrivistas; isto existe sim. Por fim, na questão da gestão  
2179 democrática, quanto aos recursos humanos, tratar os recursos como recursos  
2180 humanos é fundamental. O documento que a ADUSP apresentou avança muito  
2181 neste aspecto, queremos ouvir a opinião dos professores sobre isso, o que  
2182 fazer a respeito da flexibilização da dedicação integral, precisamos tratar isto  
2183 ou não? Acreditamos que sim, é necessário tratar, não existe transparência  
2184 alguma sobre as horas dedicadas pelos professores às outras atividades e a  
2185 remuneração extra que eles recebem para outras atividades exercidas dentro  
2186 da Universidade, isto é um problema muito grave e que queremos tratar. Esta  
2187 questão tem tudo a ver com a forma que encaminhamos esses órgãos, esses  
2188 órgãos estão assim, não por um motivo qualquer, mas porque nós  
2189 despolitizamos esses órgãos. A forma como permitimos fundações entrarem  
2190 dentro da USP, a forma como permitimos diversas pressões externas e  
2191 pessoais entrarem dentro dos departamentos, das unidades, isto fez com que  
2192 este Conselho Universitário refletisse esta estrutura e se tornasse, cada vez  
2193 mais, pautado por interesses individuais, cada um negocia o seu acordo. Não  
2194 quer dizer, necessariamente, remuneração, mas sim um acordo de cavalheiros  
2195 para cada unidade, uma não interfere na outra, cada uma consegue o seu  
2196 barco, o seu prédio, o seu museu, se aceita de um para receber de outro. Isto  
2197 acabou esvaziando a política dentro deste espaço, a noção de que aqui existe  
2198 um rumo, existem escolhas que são políticas que tem a ver com a sociedade,  
2199 por isso, também, somos extremamente contrários à ideia de profissionalizar o  
2200 gestor. É necessário, como o professor que me antecedeu disse, fornecer o  
2201 professor de instrumentos profissionalizados, inclusive assessores mais  
2202 profissionalizados, mas isto não significa que o nosso problema é um problema  
2203 técnico, que se resolve tecnicamente, o nosso problema é politizar a gestão da  
2204 Universidade, assim como, diversas ações nossas reproduzem isto. Cito dois  
2205 exemplos neste momento: o Reitor chamar a atenção de uma funcionária que é  
2206 mulher e gritar – o único momento em que ele se alterou no plenário – exige  
2207 uma reflexão do Reitor, pois este está reproduzindo um comportamento  
2208 automatizado, que no conjunto da nossa sociedade significa um machismo  
2209 muito grande – Professor, mil desculpas, mas é isto mesmo e é necessário  
2210 uma retratação. Por que só com ela que o senhor se alterou? Porque foram

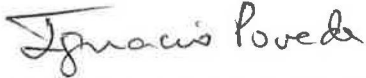
2211 dois minutos, realmente, todos perderemos o jantar por causa de dois minutos.  
2212 Outra questão que nos preocupa agora é esta despolitização que está  
2213 acontecendo na CAECO, não digo que a CAECO não funcione, considero  
2214 muito útil. Apoiamos na primeira reunião que foi apresentada esta ideia,  
2215 contudo está conseguindo cumprir ou não a obrigação de expandir o debate e  
2216 criar um fórum que seja maior que este Conselho Universitário para resolver  
2217 nossas proposituras? Não poderemos agora descobrir que há um consenso.  
2218 Quantos grupos participaram deste consenso que mapeamos rapidamente,  
2219 como por exemplo, não temos acordo em definir 'cidadania' como um grande  
2220 avanço em relação profissional, também não temos acordo em definir  
2221 desenvolvimento nacional. Queremos falar do compromisso da Universidade  
2222 com a injustiça social deste país, que é muito mais profundo do que  
2223 crescimento do PIB. Esta é nossa preocupação com a CAECO, não para  
2224 desmerecer o órgão, mas sim, visando apontar nossa preocupação em como  
2225 vamos construir um futuro para esta Universidade através de órgãos ou não.”

2226 **M. Reitor:** “Gostaria de lembrar que o Reitor interromperá, independentemente  
2227 do seu gênero, aqueles que desrespeitarem as regras de funcionamento deste  
2228 conselho.” **Cons. Luiz Silveira Menna Barreto:** “Na verdade, minha  
2229 preocupação é com minha inscrição, que gostaria que fosse dupla. Inscrevi-me  
2230 para falar do item três e gostaria de inscrever-me para ser um dos primeiros a  
2231 falar sobre governança, pois a contribuição que trago se situa no plano da  
2232 gestão democrática da Universidade e da governança. Esta preocupação  
2233 consta do documento original enviado pela Escola de Artes, Ciências e  
2234 Humanidades (EACH), no documento que juntou todas as contribuições de  
2235 todas as unidades, que recebemos em março passado e, infelizmente - devido  
2236 a precariedade absoluta que reina na nossa unidade, estamos dando aulas em  
2237 quatorze locais diferentes – não foi possível fazer o fórum proposto pela  
2238 CAECO, mas gostaria de reavivar a essência daquela contribuição, que foi  
2239 durante a crise ambiental que vitimou a EACH e ainda vítima. Constatamos que  
2240 não existe nenhuma possibilidade de uma Congregação ou de uma unidade da  
2241 USP destituir seu diretor, a figura do impeachment não existe, isto foi posto em  
2242 uma reunião com o Professor Rodas, que constatou que também não havia um  
2243 mecanismo para depô-lo, não existe esta figura, nem a deposição do Reitor,  
2244 nem a deposição do Diretor, embora fosse consensual na unidade, em

2245 setembro do ano passado, que o então Diretor e respectivo vice não tinham  
2246 condições morais, acadêmicas e profissionais de se manterem na direção,  
2247 tanto que se afastaram, se esconderam da unidade até hoje – isso é  
2248 vergonhoso lamento, sinto-me constrangido de pertencer a uma unidade que  
2249 exhibe este comportamento por parte da sua direção anterior e aproveito para  
2250 me congratular com a atual direção, que assume com coragem e ousadia o  
2251 desafio de recompor a nossa unidade. Obrigado pela vossa atenção e por favor  
2252 contemplem, sim, o *impeachment*.” **Cons<sup>a</sup>. Mariana Nunes de Moura Souza:**  
2253 “No primeiro momento, falei sobre a minha preocupação com o orçamento da  
2254 Universidade e agora voltamos a este tema falando de gestão, transparência e  
2255 responsabilidade fiscal. Gostaria de enunciar uma preocupação – pois o que  
2256 tinha para dizer, disse no começo e em texto que foi distribuído a todos, que é  
2257 o texto do grupo de pós-graduação do qual faço parte, unindo forças – esta  
2258 preocupação diz respeito à questão da transparência dentro da Universidade.  
2259 Temos uma proposta de mecanismos de transparência, o Reitor anunciou hoje  
2260 uma auditoria nas contas da Universidade e considero que seria possível  
2261 pensarmos em não esperarmos as modificações no Estatuto para implementar  
2262 medidas de transparência no orçamento, talvez seja possível começar a  
2263 elaborar mecanismos de visualização do orçamento *online*, pensar em colocar  
2264 o orçamento deste ano e o acompanhamento orçamentário na página da USP  
2265 ou em algum lugar nesse sentido. Quanto à transparência, esta não diz  
2266 respeito só à publicidade dos dados, diz respeito à compreensibilidade, que os  
2267 dados estejam de forma compreensível, que as pessoas em geral, não só os  
2268 iluminados, ou os ilustrados ou os letrados, nossos queridos professores – que  
2269 muito respeito, sou filha de dois professores universitários – não só os  
2270 professores compreendam do que tratam estes dados, mas que toda a  
2271 sociedade possa entender, ver e saber para onde este dinheiro está indo, de  
2272 onde veio, como reforçaram alguns colegas que me antecederam.” **Cons.**  
2273 **Martin Grossmann:** “Gostaria de lembrar, neste caso, pois é um assunto que  
2274 já trouxe, que se relaciona a uma preocupação de natureza institucional de  
2275 nossa Universidade. Ela é uma autarquia, conquistou isto, tendo a gestão  
2276 destes recursos, que são grandes, são volumosos. Desta forma, um estatuto  
2277 atualizado tem, de certa maneira, que promover as qualidades de uma política  
2278 de estado e não como hoje, que estarmos à mercê de políticas de governo – de

2279 certa maneira, em fala anterior do Professor Marcos Folegatti a respeito de um  
2280 plano diretor – desta forma, entendo que neste pensamento, um estatuto  
2281 atualizado e contemporâneo deva, de fato, olhar para uma universidade que  
2282 possa ter como guia uma política de estado. Hoje, estamos sujeitos às  
2283 vicissitudes e intempéries de políticas de governo, não que elas não sejam  
2284 eficientes e a USP manteve sua posição e ampliou a sua posição singular, diria  
2285 até que ela é modelar nesta região, por um conjunto de ações, um conjunto de  
2286 gestões que favoreceram esta posição, mas acima de tudo de um objetivo  
2287 muito claro desde a sua fundação. Sendo assim, não só um plano diretor, mas  
2288 diria que há um item no tema três, que é a questão da proposição de planos  
2289 plurianuais de gastos e investimentos, diria que, neste ponto, é muito  
2290 importante a questão dos projetos relacionados aos planos diretores, seja a  
2291 USP ou as unidades que a compõem. Que as unidades, assim como a  
2292 instituição mãe, tenham projetos de longo e de médio prazo, isto não temos.  
2293 Vejo pelo próprio departamento, que não sabe, não tem claro, o seu caminho  
2294 no futuro. E atrelado a isto, diria que esta questão da gestão, ficaria mais clara  
2295 para a gestão, para a governança da Universidade, se ela possuísse como  
2296 base um projeto de médio e longo prazo. Muito obrigado.” **M. Reitor:** “Com isto  
2297 vamos caminhando para o final desta sessão, lembrando que alguns tópicos  
2298 foram discutidos amplamente, mas ainda precisam ser aprofundados. A  
2299 questão do financiamento da Universidade, se exclusivamente público ou não,  
2300 a questão do ensino gratuito em todos os níveis, a questão da  
2301 indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, a questão da organização  
2302 curricular, a questão do ingresso na Universidade e inclusão, são todos temas  
2303 que não conduzimos ainda, nesta discussão, a uma clara definição do que  
2304 precisa ser feito. Alguém que tem o espírito de advogado porque é advogado,  
2305 chamou a atenção para um aspecto que ninguém fez referência e que, talvez,  
2306 seja muito importante, é que todos os órgãos, todos os componentes da  
2307 Universidade têm, ao mesmo tempo, funções legislativas, recursais e  
2308 executivas, isto cria uma problemática que, muitas vezes, é difícil de realizar,  
2309 inclusive, quem é que controla quem. A criação da controladoria seria um  
2310 primeiro esboço de um órgão que não teria este tipo de função. Gostaria que  
2311 meditassem sobre isto e, finalmente, gostaria de lembrar que nesta sessão,  
2312 além dos três convidados iniciais que falaram trinta minutos, tivemos 34

2313 oradores, conselheiros que, no total, se cada um deles tivessem excedido dois  
2314 minutos, teríamos um hora a mais de sessão, sendo que ela está esvaziada  
2315 neste momento. Para encerrar, gostaria de cumprimentar a todos que  
2316 participaram, principalmente a IPTV pela transmissão, que foi um sucesso.  
2317 Passo a palavra ao Professor Carlos, para complementar e finalizar esta  
2318 sessão.” **Cons. Carlos Alberto Ferreira Martins:** “Muito brevemente, respeito  
2319 e agradeço o esforço daqueles que permanecem até agora. Queria dizer, em  
2320 primeiro lugar, que tenho que fazer um reconhecimento aos meus colegas da  
2321 Comissão, porque acredito que há uma dificuldade na participação da CAECO  
2322 que talvez escape à percepção de todos, o enorme cuidado que precisamos ter  
2323 em não apresentar nossas posições e não defender nossas posições com a  
2324 vontade que cada um de nós tem de defender. Este exercício é um exercício  
2325 extremamente difícil, mas estamos convencidos de que é absolutamente  
2326 necessário, certamente na próxima reunião da Comissão completaremos o  
2327 balanço que iniciamos em relação às vantagens e desvantagens, aos avanços  
2328 e dificuldades, aos méritos e deméritos desta primeira fase de discussão e  
2329 encaminharemos a todos um panorama. Haveria alguns pontos, mas creio que  
2330 não é o caso de citarmos neste momento, pelo horário, pelo esvaziamento e  
2331 pela necessidade de aprofundamento. Divulgaremos oportunamente. Há uma  
2332 série de aspectos que estamos aprendendo e só queria registrar finalmente a  
2333 minha convicção - tenho certeza que falo em nome de todos os membros da  
2334 comissão - de que estamos diante de um processo - e esta palavra para mim  
2335 tem muito peso - quando se fala em construção de consenso não se trata de  
2336 eliminar divergência, não se trata de reconhecer ou não que previamente há  
2337 acordo ou não há acordo. Trata-se de apostar na possibilidade de uma  
2338 interlocução respeitosa que aponte no sentido daqueles pontos que são  
2339 consensuais e daqueles que não são. Estou convencido de que esta dimensão  
2340 de processo deve ser entendida, também, na perspectiva da incorporação  
2341 progressiva da nossa comunidade nesta discussão, nenhum membro da  
2342 CAECO está hoje absolutamente satisfeito com o alcance que esta discussão  
2343 teve, mas entendemos que isto tem de ser trabalhado efetivamente na  
2344 perspectiva de um processo. Algo que possa parecer mera questão técnica, a  
2345 transmissão pelo IPTV, evidentemente não resolve todas as dimensões  
2346 possíveis de reivindicação de participação, contudo ela dá um pequeno passo

2347 em uma condição preliminar e essencial para qualquer discussão democrática,  
2348 que é a isonomia no acesso à informação. Este passo é fundamental e  
2349 certamente temos muitos outros passos a dar ainda, mas quero dizer que estou  
2350 absolutamente orgulhoso da possibilidade de participar deste início histórico de  
2351 um processo de revisão da nossa organização e tenho que agradecer, em  
2352 nome de todos os colegas da organização, a este Conselho Universitário que,  
2353 mais do que nos atribuiu uma responsabilidade, nos ofereceu uma enorme  
2354 honra.” **M. Reitor:** “Está encerrada a sessão”. Nada mais havendo a tratar, o  
2355 Senhor Presidente dá por encerrada a reunião, às 19h05. Do que, para  
2356 constar, eu, , Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco,  
2357 Secretário Geral, lavrei e solicitei que fosse digitada esta Ata, que será  
2358 examinada pelos Senhores Conselheiros presentes à sessão em que for  
2359 discutida e aprovada, e por mim assinada. São Paulo, 3 de junho de 2014.